

48 Meio Ambiente com licença especial concedida pela Secretaria de Meio Ambiente de Caxias
49 para o funcionamento da empresa de incineração Energy, localizada no Bairro Desvio Riso;
50 3.2 – Liberação de amparo municipal em desacordo como Plano Físico Urbano, possibilitando
51 a instalação da fábrica de tintas na nascente do Arroio Ouro, no Distrito de Forcheta, no
52 Município de Caxias do Sul; 3.3 – Apresentação formal da ALGA ao Presidente-Conselheiro
53 do CONSEMA; 3.4 – Descaso com a possibilidade de extinção de uma espécie de cactos
54 vermelho na Bacia do Faxinal; 3.5 – Diversos loteamentos aprovados desrespeitando a
55 legislação ambiental; 3.6 – Projeto do Poder Executivo descaracterizando área verde,
56 localizada em área central no Município de Caxias do Sul, denominado de macro formas; 3.7
57 – Documentação apresentada pela Prefeitura de Caxias do Sul à FEPAM viabilizando a
58 instalação de postos de combustíveis ao lado do Centro Administrativo Municipal; 3.8 –
59 Abate de aves no Parque dos Macaquinhos no Município de Caxias do Sul; 3.9 – Instalação de
60 rede na bacia de captação de águas junto ao Jardim Botânico e o Município de Caxias do Sul,
61 contrariando Lei Municipal n.º 2452/78 que proíbe o tratamento de afluentes no rio e na bacia;
62 3.10 – Instalação de autódromo na bacia de captação de águas em Samuardo, Município de
63 Caxias, contrariando Lei Municipal n.º 2452/78 que protege os monoseles hídricos.
64 Salientamos que se priorize os itens 1, 2, 3.1 e 3.2. Aguardamos retorno de referentes
65 solicitações, colocamo-nos à disposição para maiores informações”. Aqui há procedimentos
66 de ordem administrativa, que serão imediatamente encaminhados, e a proposição de pontos a
67 serem tratados pelo Conselho. Alguns desses pontos podem ter um pedido de esclarecimento
68 diretamente pelos órgãos executivos, do Governo do Estado, vamos dar ciência a FEPAM e
69 ao DEFAP, e os que envolverem competência estadual. Como temos aqui sugestão de pautas,
70 que aprovamos na última reunião, que a próxima reunião do Conselho será com o objetivo de
71 mencionarmos o agendamento de diversos assuntos a serem tratados para o próximo período,
72 isso deverá, então, ser remetido a esse escopo. Aproveito, então, registrando aqui formalmente
73 para informar, que de acordo com a deliberação da reunião anterior, o Secretário Executivo do
74 CONSEMA enviou a todos os Presidentes de Câmaras Técnicas um ofício pedindo que os
75 Presidentes comuniquem à Secretaria Executiva a previsão de assuntos que deverão ser
76 remetidos ao pleno do CONSEMA para o trabalho das Câmaras Técnicas, para o próximo
77 período; de maneira que possamos, de fato, a partir desse cenário fazer um trabalho de
78 planejamento das pautas e conseqüentes definições da rotina e da periodicidade do Conselho
79 de acordo com este universo. Nós temos também aqui a proposição de promoção, essa é a
80 Moção encaminhada pela AGAPAN e trata de um episódio recente, ocorrido na Assembléia
81 Legislativa, com um Conselheiro deste Conselho. Seria uma moção enviada ao Presidente da
82 Assembléia Legislativa, onde diz o seguinte: “Sr. Presidente, o Conselho Estadual do Meio
83 Ambiente vem, por meio desta, repudiar a forma como foi tratado o Conselheiro Flávio
84 Lewgoy na reunião realizada em 18 de abril do corrente ano, na Comissão de Agricultura e
85 Cooperativismo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando o referido
86 Conselheiro foi, imotivadamente, retirado da reunião pelos seguranças da Assembléia
87 Legislativa. Repudiando a atitude tomada pelo Presidente da Comissão de Agricultura,
88 Pecuária e Cooperativismo, manifestamos o nosso apoio ao Conselheiro Flávio Lewgoy”. Eu
89 coloco à disposição a palavra à AGAPAN, para apresentar a justificativa da proposição da
90 moção. **Sra. Raquel Salabrini:** Na realidade, ele não saiu retirado pelos seguranças, ele saiu
91 sozinho, não foi retirado pelos seguranças. **Sr. Presidente:** Vamos abrir a exposição da
92 AGAPAN, que é referente a moção para trazer elementos esclarecedores. **Sra. Edi Xavier**
93 **Fonseca:** Ele foi retirado pelo segurança, foi caminhando e o segurança pelo braço dele, mas,
94 tudo bem. A AGAPAN também encaminhou um ofício à Assembléia Legislativa, com um
95 teor até um pouco mais duro do que este da moção que estamos propondo aqui do Conselho.

96 O Prof. Lewgoy é uma pessoa que tem contribuído muito para a Assembléia Legislativa, dá
97 depoimentos por solicitação dessa própria Comissão. Então, achamos que foi extremamente
98 arbitrária a forma como ele foi convidado a retirar-se da sala, levado por um segurança. Não
99 precisava ter chegado a uma atitude tão drástica como o que aconteceu. Então, mantemos esta
100 proposição. **Sr. Presidente:** A palavra está à disposição. **Sr. José Luiz Diniz Barradas:**
101 Gostaria de ter mais esclarecimentos a respeito do que ocasionou o incidente, foi divergência
102 de opiniões ou houve alguma outra justificativa para este ato? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** O
103 Silvío, da Secretaria de Coordenação e Planejamento pediu que eu lesse também o ofício que
104 a AGAPAN enviou para a Assembléia. Então, vou ler rapidamente, já que temos um
105 pouquinho de tempo; esta correspondência foi encaminhada ao Dep. Sérgio Zambiasi,
106 Presidente da Assembléia Legislativa: “A AGAPAN vem manifestar a Vossa Excelência sua
107 inconformidade diante do tratamento recebido pelo geneticista Prof. Flávio Lewgoy, membro
108 dos Conselhos do Meio Ambiente, do Conselho de Saúde e Conselho Superior desta Entidade,
109 por ocasião da reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo dessa Casa, no
110 dia 18 do corrente mês. O Prof. Flávio Lewgoy foi interrompido em sua manifestação e
111 retirado da sala por um segurança, a pedido do Presidente da Comissão, o Dep. Frederico
112 Antunes. Consideramos esta atitude extremamente autoritária e indigna, por tratar-se de um
113 renomado cientista que, além disso, muito tem colaborado com essa Casa em benefício de
114 nossa sociedade. Esperamos que tais atos não venham mais ocorrer para salvaguardar a
115 imagem democrática e participativa de nossa Assembléia, que é o orgulho dos gaúchos”. Ele
116 foi interrompido, pediu um aparte para a manifestação de um representante da FARSUL, o Sr.
117 Sartori, a qual foi concedida pelo Presidente da Comissão, o Dep. Frederico Antunes, mas ao
118 falar, foi interrompido porque a pessoa representante da FARSUL, o Sr. Sartori, não aceitou a
119 crítica que ele estava fazendo no momento. **Sr. Presidente:** O Conselheiro está esclarecido?
120 **Sr. José Luiz Diniz Barradas:** Sim. **Sr. Presidente:** Eu gostaria de fazer um rápido registro
121 da posição da Secretaria em relação a esse assunto. Nós não estivemos presentes na audiência,
122 mas, colhemos o depoimento de várias pessoas que estavam na audiência, e todos sabem que é
123 uma rotina de debates de assuntos polêmicos nas comissões da Assembléia Legislativa, onde,
124 praticamente, todos nós temos um histórico de participação bastante significativa. Não temos
125 ocorrência recente e nem em debates mais acalorados de um episódio de determinação de um
126 Presidente de Comissão de retirar alguém por motivos de obstrução, de ordem de discordância
127 de idéias. Não se colocou aí nenhum elemento de possibilidade de provocação física, como já
128 tivemos outros episódios na Assembléia Legislativa, e mesmo nesses, não houve retirada de
129 pessoas. Todos nós conhecemos a idoneidade do Prof. Lewgoy, sempre um debatedor que
130 defende com muita firmeza as suas posições, mas, que tem uma conduta de respeito pelos seus
131 contendores mais extremos e que este Conselho tem testemunhado ao longo desses anos
132 todos. Então, em nosso juízo, é de que não é possível que se aceite um procedimento desse, e
133 que deve haver uma manifestação pedindo que à Presidência da Assembléia que iniba esse
134 tipo de exagero, como esse que aconteceu, a partir de uma ordem do Presidente da Comissão;
135 porque só as situações de absoluto e extremo impasse em uma reunião podem justificar a
136 retirada de qualquer pessoa, independentemente das idéias que elas estejam a defender. O
137 nosso juízo aqui é de acordo com a proposição da moção que a AGAPAN traz, não só pelo
138 fato em si, mas, pelo símbolo que este fato encerra porque se criar um procedimento desse
139 tipo, qualquer um de nós, eventualmente, inclusive, representante do Conselho, como este,
140 podemos ser alvos de arbitrariedade em função da discordância de idéias. Então, com isso,
141 adiantamos um posicionamento por parte da Secretaria e por parte do Governo, nós
142 consideramos que foi inadequado o procedimento, o encaminhamento dado a esse episódio,
143 especificamente, e temos absoluta solidariedade ao Sr. Lewgoy, em relação a esse assunto; a

144 palavra está à disposição. Não havendo mais manifestações vamos colocar o assunto em
145 apreciação. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Sr. Presidente: gostaria de só colocar mais uma coisa.
146 Lembrar que não só o Prof. Lewgoy foi levado pelo segurança, mas, no final dessa comissão,
147 os dois “convidados” pela comissão de falarem, que foram os geneticistas Nodari e o Dionísio
148 Destro, que não puderam terminar também a sua exposição. E dizer também que circula no
149 jornal eletrônico da SBPC também uma manifestação de repúdio a este ato, no qual vou ler só
150 um parágrafo, que está circulando na internet deste jornal: “Devemos repudiar com veemência
151 o cerceamento da palavra e expulsão de Flávio Lewgoy, professor da UFRGS, da reunião
152 pública para debater o assunto de 18 de abril na Assembléia Legislativa do Rio Grande do
153 Sul”. Então, este é um fato que já ultrapassou o nosso Estado e está na rede eletrônica e via
154 uma associação da qual ele pertence também. **Sr. Presidente:** É feito o registro. Nós ainda
155 não temos *quorum* para a deliberação. Então, consideramos o assunto tratado, havendo
156 *quorum* colocaremos em deliberação após a apreciação do primeiro ponto da pauta. Quer
157 dizer, vamos ter que alterar para ver se está encerrado o conteúdo, mas, não temos condição
158 formal de deliberação. Passamos de imediato a nossa Ordem do Dia, e nós temos um pedido
159 de alteração da Ordem do Dia, que trataria do Programa Nacional de Meio Ambiente - Fase 2
160 e da Lista das Espécies Ameaçadas de Extinção. Há uma proposição de alteração, com a
161 concordância dos proponentes, e com a justificativa de que nós temos vários convidados que
162 estiveram na reunião passada para apresentar o trabalho junto com a Câmara Técnica, na
163 Lista das Espécies Ameaçadas de Extinção, espécie em fauna que, infelizmente, não puderam
164 fazer esta apresentação, devido ao fato que a reunião anterior não conseguiram vencer a sua
165 pauta. Essas pessoas têm outras agendas e nos solicitaram a inversão da pauta, e nós
166 colocamos à apreciação do Plenário; alguma discordância em relação a essa proposição?
167 Então, passamos imediatamente ao primeiro ponto, convidando o Presidente da Câmara
168 Técnica de Biodiversidade de Florestas, para estar conosco à Mesa e proceder o início da
169 apresentação conjuntamente com a equipe que trabalhou nesse tema. **2. APRESENTAÇÃO**
170 **DA PROPOSTA DE DECRETO DA LISTA DE ANIMAIS AMEAÇADOS DE**
171 **EXTINÇÃO.** **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** Boa-tarde a todos. A Câmara Técnica de
172 Biodiversidade e Política Florestal discutiu essa proposta de decreto na sua reunião do dia 11
173 de abril. Então, foi realizada uma apresentação plenária pelo Diretor do Museu de Ciências
174 Naturais da Fundação Zoobotânica, onde foram sugeridas alterações no art. 4º do decreto que
175 já veio à Plenário com as alterações sugeridas pela Câmara Técnica. Basicamente orientando
176 que medidas urgentes deveriam ser adotadas para as categorias criticamente em perigo e em
177 perigo de extinção. Essas foram as únicas alterações da proposta de decreto como foi
178 encaminhada à Câmara Técnica, e foi aprovada por unanimidade, assim como o decreto.
179 Então, acho, que eu passaria a palavra agora para o Eduardo Veles, Diretor do Museu de
180 Ciências Naturais, para que possa apresentar, de fato, o conteúdo do decreto e a apresentação
181 da própria lista. **Sr. Eduardo Veles:** Boa-tarde a todos. Sou Diretor do Museu de Ciências
182 Naturais da Fundação Zoobotânica e fui designado pelo Secretário para atuar como
183 interlocutor dessa importante iniciativa que partiu, inicialmente, no ano de 1999 de dois
184 grupos que estavam se articulando de forma independente. O grupo de pesquisadores do
185 Museu de Ciências e Tecnologia da PUC, que apresentou à Secretaria e a Fundação
186 Zoobotânica a proposta de elaboração de um Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de
187 Extinção no Rio Grande do Sul, e também por pesquisadores vinculados a Universidade
188 Federal do Rio Grande do Sul, que estavam imbuídos da iniciativa de elaboração da lista. Nós
189 passamos a dialogar com os dois grupos, propusemos que houvesse uma convergência dos
190 esforços, e de lá para cá atuamos em um conjunto de etapas, que eu rapidamente vou fazer
191 uma apresentação de todos os momentos que se configuraram para que pudéssemos estar aqui,

192 hoje, apresentando este trabalho. É importante destacar que esta iniciativa surgiu de forma
193 paralela, a própria criação da Secretaria, e também a aprovação do Código Estadual do Meio
194 Ambiente, que no seu art. 169 prevê a necessidade legal de elaboração de uma Lista Oficial da
195 Fauna Ameaçada no Rio Grande do Sul, com atualização a cada dois anos. Nós, então,
196 digamos assim, conseguimos articular uma legislação recente com um processo que estava
197 iniciando, partiu de fora da Secretaria e nós passamos, prontamente, a apoiar essa iniciativa
198 em função de toda a consistência técnica que estava por traz das propostas apresentadas.
199 Sendo assim, no transcorrer do ano 2000 e 2001 foi executado todo o processo que será
200 apresentado a seguir pelos executores. Em junho de 2001 assinamos um convênio com a
201 PUC, no sentido de oficializar essa relação, e também definir um espaço de apresentação
202 pública deste trabalho, no sentido de colher sugestões críticas e aperfeiçoamento do processo;
203 uma vez que, pela legislação caberá à Secretaria do meio Ambiente dar continuidade do
204 processo de atualização dessa lista. Nesse sentido, em 05 de dezembro de 2001 realizamos
205 uma audiência pública, convidamos, praticamente, todos os pesquisadores e instruções de
206 pesquisas vinculados ao tema da fauna no Estado, convidamos também todos os outros atores
207 interessados e que tratam da temática ambiental, NGs, universidades e outros setores da
208 sociedade. Tivemos um espaço bastante rico, no sentido de uma avaliação do processo, um
209 conjunto de considerações e críticas, sobre o mesmo, inclusive, para a sua continuidade; e
210 também, sob ponto de vista técnico houve espaço para ajustes na própria lista que foi
211 apresentada, por ocasião na audiência. De modo que, esta oportunidade de dar transparência a
212 todo o trabalho realizado e de trazer outros atores, sem um envolvimento técnico tão direto
213 com o processo, permitiu enriquecer a própria lista elaborada. A lista que os senhores
214 Conselheiros receberam já tem, inclusive, algumas alterações decorrentes do processo da
215 audiência pública, onde pontos quesitos que foram apresentados foram posteriormente
216 tratados com os pesquisadores especialistas de cada um dos grupos das espécies
217 correspondentes. Eu gostaria, então, de apresentar os executores deste processo, por parte do
218 Museu de Ciências e Tecnologia da PUC: o pesquisador Roberto Reis, que está aqui conosco;
219 a pesquisadora Carla Fontana; não pode estar presente o Glayson Bencke, que é o terceiro
220 coordenador do Projeto Livro Vermelho. É bom destacar que o Projeto Livro Vermelho é uma
221 iniciativa do Museu de Ciências e Tecnologia da PUC, e que se destina a partir da lista a
222 elaborar um livro com um conjunto de informações relativas a cada uma dessas espécies.
223 Participou também um outro grupo vinculado a UFRGS, aqui está presente o Maurício
224 Schneider, aqui conosco na segunda fila; que teve a ativa participação em conjunto no
225 processo de elaboração da lista, e também acabou se incorporando no processo de elaboração
226 do livro como autor de capítulo. Em linhas gerais esse é o processo. Na Câmara de
227 Biodiversidade houve uma análise detalhada da proposta de decreto, ela contém um conjunto
228 de considerandos relativo a todos os tratados internacionais, e as iniciativas nacionais nesse
229 sentido. Também define algumas atribuições para o Estado, no sentido de que esta lista venha
230 a orientar e se traduzir em ações concretas, no sentido de reversão do quadro das espécies que
231 estão mais ameaçadas. Só destacar que foi apontado um outro item que estava omissa no
232 decreto e acabou-se configurando no art. 8º: “A Secretaria de Meio Ambiente dará ampla
233 publicidade a esta lista, promovendo a divulgação da mesma junto às instituições afetas ao
234 tema da conservação na natureza”; foi incorporado também. Em linhas gerais é isto, a idéia é
235 que com a anuência deste Conselho a gente preceda o encaminhamento para a Casa Civil,
236 para, então, a decorrente publicação do decreto governamental. Eu convido, então, o
237 pesquisador Roberto Reis para fazer uma apresentação, onde será demonstrado aqui toda a
238 metodologia e o esforço institucional de pesquisadores envolvidos nessa proposta. Só destacar
239 que na audiência pública tivemos a presença da Coordenadora-Geral de Fauna do Brasil do

240 IBAMA, a Dra. Iolita Bampi; elogiou bastante esta iniciativa, destacando a consistência
241 técnica do processo, e também sugerindo alguns ajustes que foram incorporados na proposta
242 que está sendo apresentada. Obrigado, então, passo ao Roberto para iniciar a apresentação. **Sr.**
243 **Roberto E. Reis:** Boa-tarde a todos. O Eduardo já disse uma porção de coisas que eu ia dizer,
244 então, posso fazer bem breve esta apresentação. Na verdade, tenho uma pequena apresentação,
245 um *power point*, que vou mostrar para vocês. esse projeto chama-se Livro Vermelho da Fauna
246 Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul, é coordenado por estas três pessoas que
247 estamos chamando de editores: a Carla Fontana, o Glayson da Fundação Zoobotânica e eu.
248 Temos apoio financeiro para a elaboração do projeto, além da PUC, que é quem realmente
249 está financiando a maior parte do projeto, da Fundação Zoobotânica e da SEMA, da Fundação
250 Boticário de Proteção à Natureza, da Conservation International do Brasil, da FAPERGS e da
251 COPEL, por enquanto. Rapidamente, só um histórico sobre livros vermelhos; Livro
252 Vermelho é um nome que costumamos chamar para um livro que inclui informações sobre as
253 espécies ameaçadas de extinção, as espécies que estão no vermelho, por isso é um livro
254 vermelho. Mas, a IUCN, que é responsável pela lista das espécies ameaçadas em nível
255 mundial, a última publicação deles é de 2000; quer dizer, a lista foi atualizada em 2000; e
256 essas são as espécies ameaçadas em nível global, de todo o planeta. Nós temos no Brasil uma
257 lista do IBAMA desde 1973; essa lista, neste momento, está sendo revista pelo IBAMA. Nós
258 vamos ter, provavelmente, ainda este ano ou no ano que vem a nova lista das espécies
259 ameaçadas de extinção no País. Vários Estados, nós temos no Paraná, São Paulo, Rio de
260 Janeiro e Minas, já possuem as suas listas, ou livros, de espécies ameaçadas de extinção. Uma
261 coisa que é importante deixar claro, é que essas iniciativas todas não se sobrepõem, na
262 verdade, são importante para diferentes níveis de ação de conservação, espécies que são
263 ameaçadas aqui no Estado podem não ser ameaçadas em nível nacional, ou global. Portanto,
264 são iniciativas complementares, as listas regionais são complementares das de maior
265 abrangência. O nome do Projeto Livro Vermelho é, na verdade, um projeto bem mais amplo
266 do que simplesmente um livro. Nós estamos, na verdade, fazendo um estudo há três anos das
267 espécies sobre risco de extinção no Rio Grande do Sul; nós geramos, com este estudo, um
268 grande banco de dados com todas as informações; deste banco estamos extraindo, como
269 primeiro produto imediato, a Lista das Espécies Ameaçadas. Esta lista vai-se tornar oficial
270 pelo decreto para o qual estamos hoje discutindo. O produto, logo depois, é o Livro
271 Vermelho; tendo a lista vamos terminar de encaminhar a publicação o livro onde há uma
272 porção de informações sobre os requisitos ecológicos de cada espécie; vão estar presentes, as
273 principais ameaças, as recomendações de como tratar essas espécies de hoje em diante: mapa
274 de distribuição, fotografia, tudo mais. Além do que, o banco de dados vai-se tornar disponível
275 e provavelmente com alguma interface pela internet, para pesquisa, busca, e pelos autores, até
276 para atualização; isso está em fase de estudo agora pelo CPD da Universidade. Essa lista,
277 inicialmente, e logo em seguida o livro, tem um público-alvo bem definido; além do público
278 em geral, qualquer pessoa interessada, os órgãos de fiscalização e gestão de recursos naturais
279 têm interesse óbvio e imediato nessa lista de espécies: órgãos públicos, instituições e
280 organizações envolvidas no planejamento regional, Secretarias Municipais do Meio Ambiente
281 de todo o Estado, organizações não-governamentais relacionadas a conservação; biólogos e
282 quaisquer outros profissionais envolvidos na elaboração de estudos de impacto ambiental,
283 relatórios de impacto; pesquisadores na área de biologia da conservação, estudantes,
284 professores, qualquer pessoa, na verdade, interessada na conservação das espécies e em
285 especial nas espécies que estão ameaçadas no nosso Estado. Em 1999, tivemos a idéia inicial
286 do projeto, de fazer esse banco de dados com esse livro, e começamos, então, a formar esse
287 corpo de três editores. Começamos a pesquisar sobre o assunto, preparar os documentos

288 iniciais e quando achamos que estava tudo pronto apresentamos isto à Direção do Museu e da
289 Universidade e convidamos uma porção de autores; porque os três editores estão trabalhando
290 como coordenadores do projeto. Quem, realmente, está fazendo o trabalho técnico é um corpo
291 de mais de quarenta autores, zoólogos especialistas em cada grupo zoológico que ocorre no
292 nosso Estado. Esses quarenta pesquisadores representam dezessete instituições de pesquisa em
293 cima do Rio Grande do Sul; tem gente de fora do Rio Grande do Sul, do Brasil também,
294 organizações não-governamentais e tudo mais. Aqui está uma lista das instituições
295 participantes: das dezessete instituições, não vou ler cada uma, mas, vocês podem fazê-lo. Os
296 zoólogos com experiência de campo é quem são, realmente, as pessoas mais capacitadas para
297 estudar as espécies, com o seu conhecimento de campo, de coleções zoológicas, é um outro
298 recurso muito importante. Então, esse projeto foi dividido, basicamente, em três fases: a fase
299 inicial do projeto que foi, mais ou menos, até maio de 2000; nós compilamos, digo nós,
300 autores, eu também sou autor do capítulo de peixes e a Carla e o Glayson também são autores
301 do capítulo de aves. Mas, nós compilamos, então, uma lista prévia de espécies candidatas,
302 espécies que ofereciam algum sinal de que poderiam estar ameaçadas. Então, consideramos,
303 por exemplo, todas aquelas espécies consideradas ameaçadas na Lista Oficial do IBAMA ou
304 em qualquer outra lista de táxons ameaçados; espécies que não edêmicas no nosso Estado ou
305 espécies cuja as populações do Rio Grande do Sul estejam em declínio em decorrência de
306 pressão antrópica direta ou indireta e também espécie de distribuição marginal ou muito
307 restrita no Estado. Esses critérios foram detalhadamente discutidos em um *workshop* que
308 fizemos em maio de 2000 com todo os autores lá na PUC. Além de discutir os critérios,
309 decidimos, então, em conjunto com todos os autores como continuaríamos a trabalhar a partir
310 dali. Tendo esta lista de espécies, passamos para a Fase 2, que foi uma avaliação detalhada,
311 criteriosa de cada uma daquelas espécies incluídas nessa lista prévia, visando ou enquadrar
312 aquelas espécies em uma categoria de ameaça, ou tirá-las da lista, dizer: não, ela não era
313 ameaçada; ou dizer assim: ela é ameaçada e com qual grau. Para isso usamos vários critérios
314 que vou apresentar em seguida para vocês. Os parâmetros que usamos para estabelecer esses
315 critérios são os mesmos da IUCN e eles envolvem três conjuntos de fatores: a intensidade das
316 pressões adversas que incidem sobre cada espécie, o que estaria empurrando elas para a
317 extinção; o tamanho das populações existentes na natureza e as tendências dessas populações
318 ao longo do tempo, de diminuir ou não; e a extensão da área da sua distribuição no território
319 do Rio Grande do Sul, se há ampla ou pequena distribuição. As categorias de ameaça
320 correspondem, basicamente, àquelas da IUCN, as novas categorias propostas pela IUCN, com
321 a incorporação de modificações que adotamos, que já foram adotadas, inclusive, em outras
322 listas regionais; por exemplo, a categoria regionalmente extinta, é uma coisa que não consta
323 nas categorias da IUCN, que é uma lista global. Essas categorias todas também foram
324 amplamente discutidas pelos autores durante aquela *workshop* em 2000. Essas são as
325 categorias, basicamente: temos espécies das quais se tem dados para afirmar alguma coisa e
326 outras sobre as quais não se tem. Aquelas sobre as quais não se tem conhecimento suficiente
327 caem nessa categoria dos dados insuficientes; a sigla é por recomendação mesmo da IUCN, é
328 uma sigla em inglês. Então, dados insuficientes a sigla é DD, de *data the ficham*, na verdade.
329 E aquelas que se tem dados para dizer-se está ameaçado ou não, elas, pelo sistema que vou
330 mostrar em seguida para vocês, caem dentro de uma dessas categorias: ou é uma espécie já
331 extinta; ou é regionalmente extinta, ou seja, existe fora do Rio Grande do Sul, mas, não mais
332 no nosso território; ou ela está provavelmente extinta; ou está ameaçada, e se é ameaçada ela
333 pode ser ameaçada vulnerável; é o grau mais brando de ameaça; ou pode estar em perigo de
334 extinção; ou pode estar já criticamente em perigo de extinção aquelas espécies que têm uma
335 possibilidade muito grande de se extinguir em pouco tempo. Os critérios utilizados são

336 adequados a avaliação do estado de conservação das espécies em escala regional. A avaliação
337 da situação das espécies candidatas por meio de um esquema de pontuação cumulativa, que
338 vou mostrar para vocês no próximo *slide* e dessa forma as espécies são enquadradas nas
339 categorias de ameaças, segundo um escore que geramos somando os pontos dessa avaliação
340 cumulativa. São basicamente esses cinco critérios; vamos avaliar um deles, por exemplo,
341 rapidamente, o critério “b”: situação do apidae principal do táxon no Estado, o apidae pode
342 estar sujeita, ou reduzida, ou nenhuma pressão antrópica e, aí, o animal não conta nenhuma
343 ponto, é zero; ou pode estar sobre moderada pressão: um ponto; intensa pressão: dois pontos;
344 ou quase totalmente destruído ou descaracterizado: três pontos, se não é formação uma cruz.
345 No final se somam todos esses pontos e essa é a chave para descobrir em que categoria o
346 animal encontra-se, ou não está ameaçado, ou não temos dados suficientes, ou se ele está
347 ameaçado em uma das três categorias de ameaça. Isso é só uma tela do banco de dados, só
348 para mostrar para vocês como está sendo feito, por enquanto, está em *excel*, nós estamos
349 transformando isso para *coreau draw* para poder ter mais interface com a internet. Mas,
350 basicamente, é um banco de dados onde todas essas informações são mantidas. Até esse
351 momento nós temos a lista pronta: o que estamos fazendo daqui em diante? Agora, os autores
352 estão preenchendo um formulário, como este, com todos esses dados aqui: a ficha técnica da
353 espécie, com distribuição geográfica, sua população situacional, ecologia, as principais
354 ameaças, as estratégias recomendada para a sua conservação e observações necessárias. Então,
355 para cada espécie todos esses dados vão fazer parte do Livro Vermelho que vai começar a ser
356 montado a partir de agora. A terceira fase, que é a que nos encontramos, então, os autores
357 estão redigindo o texto das espécies; alguns autores estão redigindo os textos introdutórios dos
358 capítulos. Estamos revisando os textos e devemos publicar a lista oficial; para isso estamos
359 hoje reunidos para discutir esse decreto que vai tornar a lista oficial, e depois a publicação do
360 livro e implementação dessa base de dados na internet. Só como resumo, estamos começando
361 lá em cima, “Instrução aos Autores” em 1999, espécies candidatas escolhidas; fizemos um
362 *workshop*, onde os critérios foram detalhadamente discutidos. Os autores preencheram para as
363 espécies ameaçadas o formulário da base de dados e a fichas técnicas, montamos o banco de
364 dados, a lista foi divulgada pela internet. Tivemos audiência pública no final do ano passado e
365 hoje temos a lista vermelha para homologar esta lista e publicar como um decreto tornando a
366 lista oficial. Depois disso o Livro Vermelho deve ser concluído e publicado e a base de dados
367 ainda não está aí, vai ser mantida. Esses são os organizadores da lista, estão em ordem
368 alfabética, mas, são os organizadores da lista oficial das espécies. Além dos três editores a
369 Ana Alice e o Maurício Schneider trabalharam junto com os editores na elaboração do
370 decreto. Então, são esses os cinco organizadores da lista oficial que estamos discutindo hoje.
371 Esse é só um resumo rápido dos passos; em agosto do ano passado se fez um convênio da
372 SEMA com o Museu de Ciência e Tecnologia para viabilizar exatamente essa transformação
373 dessa lista acadêmica em um instrumento legal. Fizemos aquela audiência pública em
374 dezembro e agora estamos tratando de publicar o decreto para tornar essa lista realmente
375 oficial. Só para os senhores terem uma idéia de números, aqui estão as espécies ameaçadas no
376 Rio Grande do Sul por grupos taxonômicos mais amplos; ou seja, são 261 espécies ameaçadas
377 e 62 espécies das quais não se tem dados suficientes para dizer que estão ameaçadas; são
378 espécies que se acha que podem estar ameaçadas, mas, não se tem como demonstrar. Agora,
379 para 261 espécies nós temos essas que estão definitivamente ameaçadas. Aqui só os
380 vertebrados em um histograma mostrando que as aves, que há mais de 600 espécies no nosso
381 Estado e há bem mais de 100 espécies ameaçadas bem mais de 1/6; cerca de 1/5 das espécies
382 de aves do Rio Grande do Sul são ameaçadas de extinção. A mesma coisa não ocorre nos
383 outros grupos ou se tem menos espécies, mas, é um número bastante expressivo também e é

384 no grupo de vertebrados que mais se tem espécies ameaçadas; talvez seja pelo fato de que
385 aves é o grupo mais bem conhecido de vertebrados em termos de biologia; e, por isso, sabe-se
386 mais, talvez nos outros grupos haja mais animais ameaçados, mas, não se sabe. Era isso,
387 agradeço a atenção. **Sr. Presidente:** Nós vamos abrir imediatamente para perguntas e
388 esclarecimentos antes da rodada de manifestação sobre o mérito. A palavra está à disposição
389 dos Conselheiros. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Só uma pergunta: as espécies consideradas
390 extintas seriam aquelas espécies em que havia uma noção de ocorrência no Estado e estão
391 extintas no planeta, como um todo, ou a diferença é um pouco entre regionalmente extinta e
392 extinta? Complementando a pergunta, vamos dizer, uma espécie que está regionalmente
393 extinta, eventualmente, se tem uma reintrodução pode sair dessa categoria, ou alguma coisa
394 do gênero, havendo uma recuperação desse ecossistema ou por algum trabalho? **Sr. Roberto**
395 **E. Reis:** Espécies que hoje podem ser consideradas extintas no Estado podem deixar de serem
396 se for reintroduzida ou alguma coisa assim. **Sra. Carla S. Fontana:** É que a IUCN define
397 muito bem a categoria extinta. Extinta é a espécie que não tem mais condições de
398 sobrevivência, não existe mais. Então, a maneira que encontramos de não trabalhar com esta
399 categoria extinta foi trabalhar com a categoria regionalmente extinta e que colocamos que ela
400 está extinta no Rio Grande do Sul, não está extinta no mundo. **Sra. Teresinha Guerra:**
401 Parabéns pelo trabalho de vocês, muito bonito, muito bom. Tenho uma pequena dúvida com
402 relação a essa lista sobre dados insuficientes: mesmo não se enquadrando nos critérios que
403 vocês estabeleceram, vocês colocaram nessa lista, é necessário colocar isso? Possivelmente
404 vai entrar em uma possível extinção? Eu não entendi muito bem o que significa. **Sra. Carla S.**
405 **Fontana:** Na verdade, dados insuficientes não é uma categoria de ameaça e são algumas
406 espécies que entraram nas listas prévias e nós não conseguimos nem tirar essas espécies da
407 lista e nem colocar por falta de dados. Por exemplo, dados de densidade populacional: muitas
408 vezes não temos muitos dados, então, essas espécies acabam não tendo muitas cruzes. Mas, os
409 pesquisadores, ou baseado em alguma bibliografia, ou coleções de museus, temos indícios de
410 que esta espécie existia e não existe mais ou baseado em algum dos critérios ela soma algum
411 ponto. Como você pode ver ali, ela tem quatro e tem informações que chegam a alcançar
412 quatro ou seis e tem duas cruzes; então, ela é diferente de uma espécie que só tem cruz ou que
413 tem em todos os critérios nota, mas, não soma sete, que é a categoria mais branda. Então, foi
414 uma maneira de chamar a atenção para essas espécies, porque, nós, na verdade, não sabemos,
415 de repente, alguém faz um estudo e diz: não, ela está super bem, muito obrigado. Deixou de
416 ser dados insuficientes, mas, não é ameaçada. Mas, outra pessoa pode fazer um estudo e dizer:
417 não, esta espécie realmente é ameaçada. E hoje já podemos provar isso, então, é só uma
418 maneira, mas, elas não entram no decreto. As espécies dados insuficientes não entram no
419 decreto, porque não queremos confundir a população e confundir as pessoas; porque é uma
420 espécie que realmente pode estar ameaçada, mas, pode não estar, é o conhecimento que se tem
421 hoje. **Sr. Presidente:** A palavra está à disposição para manifestações. Não havendo inscrições
422 para manifestação de conteúdo, precisamos ter *quorum*. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Sr.
423 **Presidente:** só mais um esclarecimento. Que proporção representa do total da fauna conhecida
424 essas 261 espécies, quantos por cento da fauna gaúcha está ameaçada, ou em alguma
425 categoria? Vocês têm esta informação? **Sr. Roberto E. Reis:** Essa resposta é muito difícil
426 porque não existe uma informação do número de espécies no Estado. Sabemos por alguns
427 grupos, aves tem seiscentas e poucas; peixes tem trezentas e tantas; agora, insetos deve ter
428 muito milhares, dematódios nem se imagina. Quer dizer, então, o número total de espécies no
429 Estado é uma incógnita total, são milhões. Se formos ver só a percentagem, 260 é uma
430 porcentagem ínfima em termos percentuais da fauna do Estado, mas, da fauna que
431 enxergamos é bastante. **Sra. Carla S. Fontana:** Só um esclarecimento: esses grupos que

432 entraram, na verdade, são grupos onde se tem conhecimento suficiente para poder avaliar as
433 espécies. Na verdade, convidamos muitos outros grupos, muitos outros professores, e eles
434 disseram: olha, não dá, não temos condições, com o conhecimento que temos, principalmente
435 da fauna de invertebrados, de passar por esses critérios e de chegar a alguma conclusão se a
436 espécie está ameaçada ou não, porque o conhecimento é muito pequeno. Então, os grupos que
437 aparecem e vão aparecendo no decreto são grupos que existem com conhecimento mínimo,
438 porque aranhas, outros insetos, formigas, muitos outros grupos não entraram por falta de
439 conhecimento. **Sr. Presidente:** Já temos *quorum*? Hoje a nossa reunião parece aquela crônica
440 do Luciano Veríssimo... **Sra. Carla S. Fontana:** Só aproveitando enquanto não temos
441 *quorum*, gostaria só que vocês notassem que esta é a nova versão da lista, a lista que vai
442 acompanhar o decreto, é a redação final. Então, se alguém não tiver esta cópia, por favor,
443 peça para as meninas que elas vão providenciar. **Sr. Presidente:** Mais alguma
444 manifestação? Temos *quorum* para deliberação. Vamos para a leitura do texto para o decreto,
445 o Conselheiro pode-se manifestar sobre o que estamos tratando, de fato, aqui, como
446 decorrência desse trabalho técnico feito e da parceria da SEMA com a MCT, que é a
447 publicação da lista oficial, o ato legal que torna a lista oficial. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:**
448 Decreto: “Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção no Estados do Rio
449 Grande do Sul e dá outras providências. O Governo do estado do Rio Grande do Sul, no uso
450 de suas atribuições legais, em cumprimento ao Título IV, artigos 165 a 182 da Lei Estadual n.º
451 11.520 de 03-08-2000”; não sei se eu leio todo os considerandos, parei no meio da leitura,
452 porque, talvez, seja cansativo. Só lemos os artigos do decreto, não é? Então, decreta: “Art. 1º
453 – Ficam declaradas como espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção, no território
454 gaúcho, as constantes do anexo I deste decreto; art. 2º – Para os efeitos deste decreto
455 considera-se: I – *Táxon*: qualquer unidade taxonômica reconhecida pelo Código Internacional
456 de Nomenclatura Zoológica, sem especificação da categoria, podendo ser gênero, espécies, ou
457 subespécie; II – *Extinta*: uma espécie é considerada extinta quando não há qualquer dúvida
458 razoável de que seu último representante, seja em liberdade ou em cativeiro, morreu; III –
459 *Regionalmente extinta*: uma espécie é considerada regionalmente extinta quando não existem
460 dúvidas razoáveis de que o seu último representante no Estado morreu ou desapareceu; IV –
461 *Provavelmente extinta*: uma espécie é considerada provavelmente extinta quando, após
462 exaustivos levantamentos em habitats conhecidos e potenciais ao longo de sua área de
463 ocorrência original, nenhum indivíduo vivo é encontrado no Rio Grande do Sul; V –
464 *Criticamente em perigo*: categoria em ameaça que inclui as espécies sujeitas a risco
465 extremamente alto de extinção em um futuro imediato. Essa situação é decorrente de
466 profundas alterações ambientais ou acentuado declínio populacional, ou ainda de intensa
467 diminuição da área de distribuição geográfica do táxon; VI – *Em perigo*: categoria de ameaça
468 que inclui as espécies que não se encontram criticamente em perigo, mas, correm um risco
469 alto de extinção em um futuro próximo; VII – *Vulnerável*: categoria de ameaça que inclui as
470 espécies que não se encontram criticamente em perigo, mas, correm um alto risco de extinção
471 a médio prazo. Art. 3º – Para fins de reavaliação periódica da lista, o Secretário do Meio
472 Ambiente, após consulta às universidades e pesquisadores da área, designará comissão técnica
473 formada por renomados especialistas em fauna, com conhecimento e experiência de campo
474 em sistemas naturais do Estado do Rio Grande do Sul, para: I – discutir os critérios técnico-
475 científicos aplicados na versão anterior da lista, e propor eventuais ajustes para a nova versão,
476 garantindo sempre o aprimoramento do método e mantendo critérios compatíveis com os
477 padrões internacionalmente reconhecidos; II – elaborar listas de espécies conforme seus
478 estado de conservação; III – acompanhar e avaliar as listas e propor a inclusão ou exclusão de
479 espécies, bem como modificar o seu estado de conservação; IV – localizar e mapear as áreas

480 de ocorrência de espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção ou presumivelmente
481 ameaçadas, mas, com dados insuficientes no Estados do Rio Grande do Sul, constantes do
482 anexo a este decreto. Parágrafo 1º - Cabe à Secretaria de Estado do Meio Ambiente a
483 coordenação da comissão técnica; Parágrafo 2º – A comissão técnica desdobrar-se-á em
484 grupos observando o seguinte temário mínimo: 1. mamíferos; 2. aves; 3. répteis; 4. anfíbios;
485 5. peixes; 6. invertebrados. Art. 4º – À Secretaria Estadual do Meio Ambiente caberá
486 estabelecer medidas urgentes para a conservação das espécies constantes do anexo deste
487 decreto, em especial as das criticamente em perigo e em perigo, promovendo a articulação de
488 ações com institutos de pesquisa, universidades e demais órgãos que tenham por objetivo a
489 investigação científica e a conservação da fauna silvestre do Rio Grande do Sul; Art. 5º –
490 Considerando o disposto no item IV do art. 3º, o órgão competente poderá autorizar, em
491 caráter especial, a coleta de espécies ameaçadas de extinção com fins científicos, dando
492 destinação preferencial do material biológico a coleções zoológicas de instituições de pesquisa
493 do Rio Grande do Sul; Art. 6º – O órgão ambiental licenciador, mediante decisão
494 fundamentada, poderá condicionar o licenciamento de atividades à prévia avaliação de
495 impactos que comprove que as mesmas não redundarão em ameaça adicional às espécies
496 listadas neste decreto; Art. 7º – A Secretaria do Meio Ambiente, no prazo de uma ano
497 subsequente à publicação deste decreto, regulamentará os procedimentos da comissão técnica,
498 bem como designará os seus integrantes; Art. 8º – A Secretaria do Meio Ambiente dará ampla
499 publicidade a esta lista, promovendo a divulgação da mesma junto as instituições afetas ao
500 tema da conservação da natureza; Art. 9º – A Secretaria do Meio Ambiente estimulará a
501 elaboração de políticas integradas de controle e fiscalização ambiental, incluindo as esferas
502 municipal, e federal, no sentido de monitorar o tráfico de fauna silvestre; Art. 10º – Este
503 decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em
504 contrário”. **Sr. Presidente:** Alguma manifestação sobre o texto lido? Vamos passar para a
505 deliberação: estamos aprovando um texto de decreto a ser encaminhado e o seu anexo.
506 Colocamos em apreciação, os Conselheiros que se manifestam favoráveis a aprovação do
507 decreto e do anexo, por favor, levantem a mão; os Conselheiros que são contrários?
508 Abstenções? Aprovado, por unanimidade. Nós queremos ressaltar tanto o trabalho da Câmara
509 Técnica, principalmente, o trabalho do conjunto das pessoas e instituições que se envolveram
510 na produção dessa lista. Tenho certeza que trata-se de uma etapa importante que tivemos aqui,
511 por parte do Conselho, na oficialização definitiva da lista que, na verdade, inicia um processo
512 que agora passa a ser um processo com continuidade, periodicamente está reavaliando esta
513 lista e temos certeza que a própria continuidade desse trabalho será por meio de uma parceria
514 com as instituições que se envolveram aqui, e, provavelmente, outras instituições que virão se
515 agregando a este trabalho sobre este que sabemos que vocês que coordenaram o trabalho
516 estiveram em contato com muitos pesquisadores do interior do Estado e trata-se de uma área
517 que vem crescendo muito nas nossas universidades. Portanto, nós, ao longo dos próximos
518 anos teremos, sem dúvida, um reforço do trabalho dos profissionais para discussões que se
519 envolvem com este tema. Significa também uma responsabilidade com o público na
520 implementação de estratégias voltadas a incidir sobre a gestão da qual seja sobre a
521 responsabilidade federal, estadual ou municipal. Passo a palavra ao Conselheiro Bugin. **Sr.**
522 **Alexandre Bugin:** É só uma questão de esclarecimento em relação a questão do decreto. O
523 anexo vai ser composto somente pela lista das espécies, ou vai também ter um embasamento
524 científico? **Sr. Presidente:** Só a lista. **Sr. Alexandre Bugin:** Mas, quem ler o anexo,
525 simplesmente vai ler a lista, não vai ter o conhecimento da base científica que levou a essa
526 lista. **Sr. Presidente:** O projeto coordenado pelo ICT compreende também a publicação do
527 livro, que terá uma série de detalhamentos, mas, estamos tratando hoje aqui do procedimento

528 de oficialização previsto conforme o estadual. E deveremos ter também uma publicação da
529 lista oficial por parte do Governo, que não terá a extensão do Livro Vermelho, mas, que será
530 um instrumento de disponibilização pública das informações básicas sobre os disposto que
531 levaram a essas conclusões. Esclarecido, Conselheiro? Então, encerramos este ponto, tendo
532 *quorum* para deliberação vamos colocar também em apreciação a moção encaminhada no
533 início desta reunião. Os membros do Plenário, alguma discussão sobre a moção? Então,
534 vamos passar direto a deliberação; os Conselheiros que se manifestam favorável a aprovação
535 da Moção, por favor, levantem o braço; os Conselheiros contrário a moção; abstenções?
536 Moção aprovada por unanimidade, que será imediatamente encaminhada ao Presidente da
537 Assembléia Legislativa. E passamos ao segundo e último ponto da Ordem do Dia, que é a
538 Apreciação do Programa Nacional de Meio Ambiente - Fase 2, com seus componentes
539 reativos ambientais. Essa apresentação será feita pela companheira Dolores, na condição
540 também de Secretário Executivo, representando o Dr. Nilvo e pelo Dr. Eugênio Spengler.
541 Obrigado pela presença e a oportunidade do trabalho. **1. APRECIÇÃO DO PROGRAMA**
542 **NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – COMPONENTES ATIVOS DA**
543 **SUÍNOCULTURA. Sra. Maria Dolores Pineda:** Boa-tarde a todos. Eu farei uma primeira
544 explicação do que é o contexto geral do PNMA – 2, Programa Nacional de Meio Ambiente 2;
545 depois o Eugênio, que coordena o projeto de ativos ambientais, fará, então, a explanação do
546 projeto de ativos propriamente dito. Para que os Conselheiros possam situar o que significa o
547 PNMA – 2, esse é um programa sob coordenação nacional do Ministério do Meio Ambiente,
548 no qual trabalha com dinheiro a fundo perdido para os órgãos ambientais e que tem dois tipos
549 de componentes fundamentais: o que se chama de DI, que é o desenvolvimento institucional;
550 e a gestão integrada de ativos ambientais, que é o que nós vamos mais especificamente tratar
551 hoje. Mas, para que os Conselheiros tenham uma noção, no desenvolvimento institucional
552 estão projetos e podem concorrer a receber verba para desenvolvimento de projetos os órgãos
553 ambientais nos Estados, tratando de licenciamento ambiental, monitoramento da qualidade da
554 água e gerenciamento costeiro. São projetos que visam mais tratar do desenvolvimento de
555 estruturação de ações dos órgãos ambientais propriamente dito. O componente de gestão
556 integrada de ativos que trata, então, da gestão ambiental propriamente dita e não do trabalho
557 estrutural dos órgãos ambientais. Para que os Estados credenciassem a participação nesse
558 Programa Nacional, uma série de etapas e requisitos deveriam ser cumpridos e o Estado do
559 Rio Grande do Sul cumpriu todos os requisitos. O que o Ministério chama de critérios de
560 elegibilidade, quer dizer, os Governos tiveram que apresentar documentação, preencher
561 documentos e apresentar os documentos comprobatórios de todas essas ações dentro da área
562 ambiental. Então, o que o Estado faz com relação a gestão de recursos florestais, em relação a
563 recursos hídricos, todos esses itens da tabela com níveis de classificação que levaram a essa
564 tabela inferior, onde o Estado se credenciava ou não em função da pontuação, e credenciado
565 se via em qual classe o Estado se classificou para ver a verba disponível para o
566 desenvolvimento do projeto. Essas ações todas são coordenadas pelo órgão ambiental, no caso
567 a Secretaria, com seus departamentos e estruturas, e todas as ações já estão desenvolvidas no
568 Estado que têm relação com a questão ambiental e que têm relação com o trabalho da
569 Secretaria. Nós trabalhamos de três a quatro meses no desenvolvimento desses critérios, e isso
570 foi o ano passado, na apresentação desses critérios ao Ministério do Meio Ambiente. O Estado
571 do Rio Grande do Sul credenciou-se especificamente com relação para todos os projetos. Mas,
572 essa pontuação na tabela inferior, e critérios de elegibilidade, eram especificamente no que diz
573 respeito ao projeto de gestão de ativos ambientais. Os demais projetos têm uma tabela de
574 classificação, a partir dessa classificação uma tabela de valores já fixos para projeto. Com
575 relação aos ativos ambientais dependia da classe que o Estado conseguia entrar para saber a

576 verba que teria a seu dispor para o projeto. O Estado do Rio Grande do Sul se classificou em
577 classe três, e naquele espaço de 19 a 27 pontos nós tivemos 24 pontos como pontuação; então,
578 classificamo-nos para uma verba de oito milhões de dólares no desenvolvimento do projeto de
579 ativos. Antes de retirar, voltando a primeira lâmina para situar os Conselheiros, este programa
580 tem dez anos previsto de execução; estamos nesta primeira fase prevista de se desenvolver em
581 três anos, já estamos no segundo ano dessa primeira fase. O Programa de Ativos Ambientais
582 no Rio Grande do Sul, chamado “Gestão Integrada de Ativos Ambientais”, atende aos
583 princípios gerais do Programa Nacional que é integrar a variável ambiental nos programas de
584 desenvolvimento do Estado. Quer dizer, um dos objetivos é o princípio e o que rege todas as
585 ações desse projeto; não é uma ação pontual em algum local, mas, desenvolver um projeto que
586 resolva um problema ambiental, mas, que seja feita de forma e ser replicado para ações no
587 Estado e de forma a envolver neste programa, neste projeto, todas as ações de
588 desenvolvimento do Estado colocando nessas ações a variável ambiental. Com esse princípio
589 nós passamos, então, a trabalhar, e aqui já está embutido parte daqueles espaços e previam a
590 elegibilidade, porque fez parte daquela avaliação a forma que o Estado encontrou prioridades
591 para eleger assuntos a serem tratados em projetos. Então, os fundamentos que nos levaram a
592 esse projeto que será apresentado hoje e que foram: a discussão das vocações regionais no
593 Estado; a discussão dos modelos de exploração econômica e seus impactos ambientais; a
594 integração de experiências locais, o que tínhamos de instituições trabalhando com o tema, ou
595 envolvidas no tema, que pudéssemos propor um projeto com uma ação ambiental, mas, que
596 pudesse fazer uma integração com todas as experiências vividas; associação de formas
597 alternativas com formas tradicionais de produção, porque um dos objetivos desse programa de
598 gestão de ativos em nível nacional é que a gente trabalhe com a questão ambiental e com
599 alternativas de produção que ao resolver uma questão ambiental não se inviabilize
600 economicamente a área de atuação, tem esse viés nesse programa; e a integração com as
601 demais experiências e projetos nacionais. Isso foi fundamental quando nós chegamos, enfim,
602 a definição da prioridade, vou esclarecer mais detalhes porque isso foi tão importante na nossa
603 definição. Então, partimos de alguns critérios espaciais que tínhamos que delimitar essa
604 discussão tão geral, e os critérios territoriais foram: a divisão do Estado em regiões
605 hidrográficas, no caso três regiões, falta a região do Guaíba, e a vou esclarecer o motivo.
606 Então, a região hidrográfica da Bacia do Uruguai, região hidrográfica das bacias litorâneas e a
607 região hidrográfica da bacia do Guaíba, as três regiões do Estado. Para isso se definiu critérios
608 de criticidade ambiental considerando a qualidade ambiental e o potencial poluidor da
609 atividade, ou o que queríamos trabalhar, e a fragilidade do ambiente natural onde essa
610 atividade se desenvolvia, onde esse problema ocorria. Por que já não aparece aí? Porque foi
611 um lapso de quem fez a transparência, porque já estava embutido essa. Um dos critérios era
612 excluir áreas já contempladas com projetos e verbas em andamento; então, por princípio se
613 excluiu a bacia do Guaíba, a região hidrográfica, como uma possível área geográfica de
614 atuação desse projeto por motivos óbvios. Nós temos o programa Pró-Guaíba, temos uma
615 série de investimentos nessa bacia hidrográfica, então, já o primeiro critério, foi investir neste
616 projeto em áreas onde não há um investimento maior, em áreas onde se tem uma deficiência
617 de ação e de informação na questão ambiental. Então, para o desenvolvimento do PNMA,
618 como um todo no Estado, foram definidas a região hidrográfica da bacia do Uruguai e a região
619 hidrográfica das bacias litorâneas. Hoje temos na região hidrográfica das bacias litorâneas dois
620 projetos em execução sob coordenação da FEPAM, que é o de licenciamento na Região Sul
621 do Estado, e o do GERCO no Litoral Norte e o Projeto de Ativos Ambientais que será
622 apresentado hoje, na bacia do Uruguai. Definida a região hidrográfica algumas ações
623 prioritárias foram elencadas, uma delas: recuperar a disponibilidade qualitativa das águas das

624 Bacias do Turvo, Santo Cristo e Santa Rosa, na Bacia Hidrográfica do Uruguai; recuperar a
625 disponibilidade qualitativa e quantitativa das águas da Bacia de Santa Maria e Ibicui. A
626 terceira: que é implantar programas e incentivar práticas e alternativas econômicas
627 sustentáveis na Bacia do Camaquã, que é dentro da região hidrográfica das bacias litorâneas.
628 Hoje o projeto que vai ser discutido e apresentado aqui no Conselho é o projeto que trata da
629 recuperação e disponibilidade qualitativa das águas das Bacias do Turvo, Santo Cristo e Santa
630 Rosa; por que isso? Dentro das discussões técnicas, todas que existiram, para definição desse
631 projeto, primeiro: foi levantado que nessa bacia um dos problemas básicos de contaminação
632 dos recursos era a contaminação dos recursos hídricos e a causa disso a suinocultura; a criação
633 de suínos sem um controle efetivo para evitar este problema ambiental. A segunda e
634 determinante, para fechar essa como a prioridade escolhida, é que nacionalmente e na região
635 sul, Santa Catarina e Paraná desenvolve a mesma prioridade, o mesmo projeto dentro do
636 PNMA – 2. Então, era a chance que se tinha de definitivamente achar uma solução para esse
637 problema na região como um todo, e de fazer um trabalho em conjunto nos três Estados,
638 trocando experiência e efetivamente resolvendo uma questão ambiental importante para a
639 região. Na Bacia do Santa Maria nós temos também outros investimentos, que a própria
640 SEMA coordena, então, não foi elencada como prioridade. E um segundo projeto que está em
641 discussão, em andamento junto com o Ministério e permaneceu como prioritário o projeto que
642 vai trabalhar na área da Bacia do Camaquã. Então, eram as informações bem gerais de
643 contexto, que eu queria colocar para vocês o que nos levou a desenvolver este projeto nesta
644 região do Santa Rosa e Santo Cristo. O Eugênio vai apresentar agora aquilo que nós
645 desenvolvemos como o projeto propriamente dito a ser investido nessa região. **Sr. Eugênio**
646 **Spengler:** Boa-tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras. Vou procurar ser bem sucinto na
647 apresentação. Primeiro uma informação complementar a exposição da Dolores: o rebanho de
648 suínos na bacia hidrográfica Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo é o segundo maior rebanho do
649 Estado. O primeiro está localizado na bacia hidrográfica do Taquari-Antas com uma
650 característica importante, aquela região devido ao processo de expansão das duas principais
651 plantas industriais localizadas naquela bacia hidrográfica, uma unidade da Sadia em Três
652 Passos e uma unidade da Chapecó em Santa Rosa. No caso da Chapecó, a proposta é triplicar
653 o número de abates até o final do ano que vem; e da Sadia duplicar o número de abates até o
654 final este ano, parece-me, ou até o ano que vem. Mas, neste período muito próximo deve
655 também, no mínimo, dobrar o rebanho suinícola, que hoje é de aproximadamente 800.000
656 animais vivos, não é por ano isto, mas, ao menos vivos, e que deve chegar acima de 1.500.000
657 animais. Então, com uma característica importante, uma concentração ainda maior nas áreas
658 onde ela já está localizada que não há uma homogeneidade de distribuição em toda a bacia,
659 nós temos alguns pontos críticos e de altíssima concentração. A tendência é que isso, no
660 processo de expansão da indústria a concentração aumente ainda mais, talvez nem
661 aumentando tanto número de produtores, mas, aumentando o número de animais por
662 propriedade, até porque a indústria trabalha muito nessa lógica. Então, esse é um dado
663 importante, justamente que explica também porque essa bacia foi contemplada. Algumas
664 informações gerais: a bacia é formada por 57 municípios e a grande maioria totais e um bom
665 grupo dos municípios parcial, esta é uma região formada por seis rios, tendo como principais
666 rios: Turvo, Santa Rosa, Santo Cristo, mais o Rio Comandáí, Amandaí e o Rio Lajeado
667 Herval Novo e o Rio Buricá. Na verdade, é formada esta bacia hidrográfica por vários rios,
668 pequenos rios, todos desaguando direto no Rio Uruguai. Quer dizer, não sei se todos aqui,
669 acho que até seria interessante, desculpe, fazer a localização exata dela, esta aqui, a bacia
670 hidrográfica U-30, Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo; lá em cima é a localização no Estado
671 desta bacia hidrográfica. Em primeiro lugar, antes de projetar um pouco as metas e os

672 objetivos, qual foi o processo adotado pela Secretaria depois da definição da área para
673 investimento? Que levou em consideração a mobilização e o envolvimento da sociedade local,
674 principalmente, dos produtores, das associações de produtores, sindicatos e trabalhadores
675 rurais, Prefeituras Municipais, as indústrias e cooperativas, enfim, todos os setores
676 diretamente envolvidos com atividade suinícola daquela bacia foram envolvidos em uma
677 discussão prévia. Nós optamos em fazer uma discussão inicial em cada um dos municípios
678 onde havia uma maior concentração, obviamente, e posteriormente organizamos no final de
679 novembro um seminário estadual para discutir e lançar um edital. O objetivo do seminário foi
680 a apresentação do projeto do PNMA como um todo e discussão desta prioridade, tecendo,
681 principalmente, o objetivo central que está relacionado a melhoria da qualidade da água,
682 naquela bacia hidrográfica; e neste seminário de final de novembro, entre todos os setores
683 envolvidos, decidiu-se que partiríamos de um processo de investimento em duas áreas
684 prioritária de intervenção. Ao longo das margens do Rio Herval Novo, do qual a CORSAN
685 retira água para abastecer a Cidade de Três Passos, e inúmeras vezes teve que suspender,
686 devido a grande quantidade de esterco de suínos na água. A outra área prioritária as
687 propriedades localizadas dentro da sub-bacia do Rio Santo Cristo, que também é o rio do qual
688 a CORSAN retira água para abastecer a Cidade de Santa Rosa. As duas principais cidades
689 retiram água de dois rios onde temos ao lado do Buricá, de uma faixa do Buricá na região de
690 Boa Vista do Buricá, as maiores concentrações de suínos daquela bacia hidrográfica. Então,
691 como o critério fundamental era a água e a água para abastecimento, o seminário, isto é
692 importante, não foi critério da Secretaria ou do Ministério, foi uma definição feita em
693 seminário com todos os setores envolvidos, que definiu como área prioritária de intervenção
694 desses dois rios. Então, esse é um dado importante para entender como chegamos nesse
695 processo. A partir daí, e vou procurar ser rápido, foi lançado a partir desse seminário um edital
696 pelo qual até o dia 07 de dezembro todas as instituições que tinham interesse em participar da
697 elaboração do projeto deveriam manifestar-se, todas as Prefeituras da bacia, sindicatos,
698 associações de produtores, as indústrias e cooperativas, as universidades, manifestaram
699 interesse em participar da elaboração do projeto. A partir daí estabeleceu-se uma dinâmica de
700 trabalho e com uma distribuição de tarefas chegamos exatamente àquilo que eu passo a
701 apresentar agora, que são as grandes metas e o que se pretende fazer neste período e com
702 aproximadamente quatro milhões de dólares, tendo em vista que optamos em dividir os oito
703 milhões do ativos, metade para investir na suinocultura, na Região Noroeste do Estado e a
704 outra metade aqui na Região Sul, nessa Bacia do Camaquã, na Região Sul do Estado. A
705 primeira meta que se pretende trabalhar dentro do programa da suinocultura, no controle da
706 contaminação ambiental decorrente da suinocultura daquela bacia hidrográfica; e a elaboração
707 de diagnóstico ambiental para avaliar as condições qualitativas e quantitativas da suinocultura
708 na bacia hidrográfica, o trinta, e identificar as áreas críticas e aproximadamente 1.100
709 propriedades prioritárias para intervenção. Nós não temos hoje, nem a Secretaria da
710 Agricultura, e nenhum órgão do Estado tem hoje um diagnóstico concreto do número de
711 produtores de suíno e a situação de cada um deles, não existe isso no Estado. A própria
712 indústria não identifica, tem dificuldade de identificar, inclusive, a situação dos seus
713 integrados. Então, a primeira tarefa dentro do programa é um diagnóstico para avaliar as
714 condições qualitativas e quantitativas, e precisar as características econômicas, sociais,
715 ambientais, culturais da suinocultura naquela região; um processo georeferenciado que possa
716 identificar a localização de cada um dos produtores, o rebanho de animais em cada
717 propriedade e as características principais de cada uma das propriedades, e a adversidade de
718 culturas e de atividades econômicas desenvolvidas na propriedade, associadas com ao
719 tamanho de cada uma delas. Essa é uma atividade que pretendemos desenvolver no primeiro

720 ano, na primeira fase do projeto esse diagnóstico. Estamos partindo do indicativo de fazer
721 uma entrevista para a coleta de dados com aproximadamente 4.000 produtores. A segunda
722 meta importante é a capacitação de todos aproximadamente 1.100 produtores das áreas
723 críticas de intervenção; esse curso de capacitação estará voltado para instrumentalizá-los para
724 o gerenciamento das propriedades. Além da capacidade de todos os proprietários que terão as
725 suas áreas sob intervenção, intervenção não intervir, entrar lá, mas, intervenção enquanto
726 ações para adequar ambientalmente essas propriedades. Capacitar também 150 técnicos
727 extencionistas, incluindo o pessoal dos órgãos públicos, EMATER, Prefeitura, Secretaria da
728 Agricultura, como também os da indústria. Tendo em vista, que uma das questões
729 identificadas pelos próprio técnicos é da dificuldades que eles têm de identificar a questão
730 ambiental quando trabalham a expansão da atividade e a assistência ao produtor. Então, esse
731 curso para os técnicos estará voltado para esse fim e também para a questão da legislação
732 ambiental e todas as técnicas possíveis de manejo da atividade. É importante salientar aqui o
733 seguinte: que no primeiro ano estamos prevendo a capacitação de 140 produtores, a próxima
734 meta é definir a quantidade de áreas a serem de intervenção; 140 produtores das áreas de
735 intervenção do primeiro ano e em torno de 40 técnicos também, mais relacionados a essas
736 áreas. E depois os dois anos seguintes nós temos como meta fundamental atingir esta
737 totalidade. A terceira meta, portanto, dá para entender melhor a partir de agora, é reduzir para
738 níveis aceitáveis a emissão de dejetos de suínos adequando processos produtivos às condições
739 ambientais previstas na legislação e normas técnica, e realocar e/ou reconverter, pelo
740 menos, ou aproximadamente, 40 focos poluidores localizados nas áreas de preservação
741 permanente. Esse é um dado importante que é o seguinte: nós não temos como investir
742 recurso para a área ambiental, para aqueles produtores que estão dentro da faixa de
743 preservação permanente definidos no Código Florestal. Então, estes produtores terão que ser
744 realocados, este é um critério fundamental. Nós identificamos e o diagnóstico vai dar um
745 detalhamento melhor e vai precisar isto, mas, em um primeiro momento, em uma primeira
746 olhada, pode-se identificar algumas situações que podem demandar reconversão em algumas
747 propriedades que não comportam a atividade suinícola. Só que a reconversão só será adotada
748 se não houver opção mesmo, porque hoje temos modelos de produção, tipo o suíno em
749 compostagem que tem um impacto menor porque elimina a água em o processo de limpeza;
750 funciona como se fosse uma cama de aviário, em cima de uma camada de 60 centímetros de
751 palha, ou de bagaço de cana, ou de maravalha, evitando com isso o acúmulo de água. Esse
752 processo, pelo menos, os dados que se têm já, apontam para uma possibilidade de impacto
753 menor ao meio ambiente. Então, temos que ver quais são os processos produtivos e os
754 modelos de produção possíveis de serem adotados antes de pensarmos na reconversão. Até
755 porque a reconversão no caso da suinocultura é um problema, porque nenhuma atividade
756 agrícola chega à metade do que equívale em renda a suinocultura; ele é um problema
757 econômico e social extremamente difícil de ser resolvido. Se comparado com o leite, por
758 exemplo, que é uma atividade que dá um retorno alto, não chega à metade da suinocultura.
759 Além desse fator econômico há o fator social e cultural; existem produtores daquela região
760 que a vida toda, vem do avô, só trabalham com suínos. Então, é um choque muito grande e
761 que ninguém vai-se furtao ao estudo da reconversão e a propor a reconversão, contudo, é um
762 processo bastante delicado que tem que considerar algumas variáveis para evitar problemas.
763 Mas, o objetivo fundamentalmente é este: no primeiro ano queremos reduzir a emissão de
764 dejetos em 135 propriedades e realocar, aproximadamente, cinco, que é o mesmo processo
765 de recapacitação dos produtores nesse processo. Além disso, como meta, pretendemos,
766 enquanto projeto, recuperar as áreas de preservação permanente nas 40 propriedades, onde as
767 pocilgas serão realocadas e/ou reconvertidas, e mais 10% das propriedades que sofrerão

768 intervenção. Isso aqui é o seguinte: bem pé no chão, as propriedades que serão realocizadas
769 ou reconvertidas terão as suas áreas de preservação permanentes recuperadas. A recuperação
770 depende de análises técnicas e grande parte é o isolamento da área e deixar a vegetação
771 crescer. Quando for necessário o plantio de árvores, será feito o plantio de árvores. Então,
772 serão, em aproximadamente 40 propriedades ou em todas aquelas que serão realocizadas ou
773 reconvertidas, e em mais 10% das propriedades. Aqui é o seguinte: se intervirmos em mil,
774 será 40 mais 100, se conseguirmos ir além, ótimo, mas, pé no chão para garantir pelo menos
775 este mínimo de recuperação de área de preservação permanente. A quinta meta é a realização
776 do monitoramento da qualidade da água, do solo e da saúde pública nas áreas de intervenção.
777 No caso do monitoramento da água, nós já temos um trabalho tendo em vista que o
778 subcomponente do monitoramento da qualidade da água será realizado também na bacia
779 hidrográfica U-30, já dialogando com o pessoal que está trabalhando o projeto de
780 monitoramento no sentido da definição do marco zero. No Rio Santo Cristo teremos três
781 pontos de coletas de água: um na nascente do rio, um na divisa de Ijuará com Santa Rosa e um
782 no ponto de coleta da CORSAN. No Rio Herval Novo em torno de seis ou sete, tem algumas
783 características, tem seis ou sete pontos de monitoramento, considerando aí concentração de
784 animais e outras situações que existem lá na região. Então, este trabalho de monitoramento da
785 qualidade da água será feito mensalmente e em um trabalho em conjunto com o projeto de
786 monitoramento. Além disso, vamos estabelecer um processo de monitoramento do solo, e aí
787 sim, define-se o marco zero, também definindo pontos que vai do tipo de solo, tipo de
788 vegetação e uma série de itens que serão considerados para a definição dos pontos de
789 capacitação das amostras. Há fazer uma análise por camada de solo, é um pouco mais
790 completo, e também não precisa ser mensal, pode ser semestral ou anual, e depois com os
791 técnicos será avaliado, bem como a periculosidade das coletas. Além disso, pretendemos,
792 pelo programa, levantar os índices de saúde pública que estão relacionados a problemas de
793 contaminação da água. Aí, é um trabalho diretamente com os municípios, tendo em vista que
794 a vigilância sanitária dos municípios, pela municipalização da saúde, deve ter esses dados; se
795 não tiver, pelo menos, nós queremos capacitá-los para isso, experimentalizá-los, acredito que
796 façam este controle. Esses dados também podem ser coletados anualmente ou semestralmente
797 e não há necessidade de ser mensal. A sexta meta do projeto é a implantação de um novo
798 padrão de licenciamento das unidades produtoras de suínos nas áreas prioritárias de
799 intervenção. Este novo padrão é um processo que está em discussão dentro da FEPAM com os
800 setores envolvidos, produtores, indústria e outros setores, no sentido de possibilitar o
801 desenvolvimento de uma metodologia que garanta controle e que garanta, fundamentalmente,
802 uma qualidade boa em relação ao licenciamento. Isso tem várias alternativas: pode ser por
803 microbacias, por grupos de produtores e está em estudo isto. Mas, a idéia é definir um novo
804 padrão, porque se o órgão ambiental for licenciar individualmente cada produtor, ele vai ter
805 problema; nós temos mais de 25.000 propriedades suinícolas no Estado passíveis de
806 licenciamento. Então, dá para termos uma base do trabalho que isso equívale e da demanda
807 de pessoal. Então, há necessidade, realmente, de trabalhar um novo padrão a ser definido,
808 obviamente, pelo órgão licenciador que é a FEPAM, a Secretaria de Meio Ambiente e as
809 entidades, instituições diretamente relacionadas com a atividade. Como última meta, é a
810 realização de estudos estratégicos. Nós estamos prevendo a realização de quatro estudos pelo
811 projeto: um que é a certificação da cadeia produtiva. O objetivo é fazer um estudo para ver
812 quais seriam as vantagens e não é só com relação a certificação da suinocultura, mas, de toda a
813 cadeia, do milho, da soja, e assim por diante naquelas áreas; apontar algumas situações
814 relacionadas a isso, está relacionada a questão da segurança alimentar, está relacionada a
815 questão sanitária. É fundamental, do ponto de vista econômico e social, porque o mercado

816 também exige isso para os produtores; então, é fundamental essa questão. Por outro lado, a
817 certificação também tem que ir no sentido de garantirmos uma melhor qualidade na questão
818 da alimentação. Esse estudo deverá ser feito no último ano do projeto e o último ano significa
819 2004. Um segundo estudo relacionado a análise das dificuldades para implantação de
820 alternativas tecnológicas para o manejo, tratamento e aplicação dos dejetos. A idéia aqui é que
821 isto será feito no primeiro ano; é um estudo que aponta quanto dejetos, quanto esterco de suíno,
822 pode ser utilizado por hectare de acordo com o tipo de solo, o tipo de cultura, rotatividade de
823 culturas, e uma série de itens que devem ser considerados. O esterco seco, o dejetos seco, pela
824 criação de suínos da maravalha, os dejetos com água, os custos que isso tem de transporte,
825 todos esses dados para que possamos ao definir, junto com o produtor, o modelo de gestão da
826 sua propriedade levar em consideração isto. Então, este é um estudo que tem que ser feito logo
827 no início, e ele é fundamental; aí, entra também os modelos tecnológicos de manejo, você vai
828 manter o projeto de tratamento com lagoas, você vai optar por porco em compostagem, e aí,
829 de onde você tira a maravalha ou a palha? Quer dizer, quanto de eucalipto de pasto elefante,
830 de onde vem a matéria-prima para a compostagem? Tudo isso temos que considerar para
831 evitar problemas dois, três anos depois, e os impactos que cada uma desses modelos causam
832 ao ambiente. O terceiro estudo são alternativas de reconversão dos sistemas de produção; veja
833 bem o seguinte: o programa não paga a reconversão, ele paga o estudo de alternativas. O
834 Programa PNMA de Ativos da suinocultura só investe dinheiro em suinocultura, tem que ficar
835 bem claro isto, ele vai pagar o estudo para identificar as alternativas para reconversão e por
836 um programa identificamos, por exemplo, com a Secretaria da Agricultura, a alternativa de
837 utilizar recurso do RS Rural ou outras fontes de recurso. Até, neste sentido, existe um trabalho
838 junto ao Banco Mundial pelo pessoal do RS para ver uma linha específica para algumas
839 situações, está sendo conversado já. E o último estudo é a identificação de um instrumento
840 econômico e estadual para melhoria ambiental no âmbito da suinocultura. Para entender o que
841 é isso: mas, vamos colocar aqui um “fundo” voltado para a questão da adequação da
842 suinocultura na área ambiental, vários setores da indústria são sensíveis a isso, o ano passado
843 eles já propuseram alguma coisa parecida, quando o Governo apresentou aquele projeto de
844 mudança na matriz tributária. Então, a idéia é aproveitar o que alguns órgãos do Governo já
845 tem de estudo para um mecanismo desse tipo, e talvez identificar outras situações, mas,
846 apresentar um estudo com a possibilidade de um fundo e que isso significaria, do ponto de
847 vista da replicabilidade daquilo que vai ser trabalhado na área de intervenção do projeto. Essas
848 são as sete metas definidas, repito, definidos naquele encontro de novembro lá em Santa Rosa,
849 onde tivemos quase trezentas pessoas participando de todos os segmentos envolvidos. Agora,
850 há algumas questões importantes: o projeto vai priorizar os minis, pequenos, médios
851 produtores rurais. Então, estamos discutindo, estamos propondo, junto com aquelas entidades
852 que aderiram ao programa que estão nos auxiliando na elaboração desse projeto, assim como
853 sugestão, mas, que é bem interessante. Há algumas questões que vamos ter que aprofundar
854 ainda, mas, é o seguinte: todas as ações de intervenção serão apoiadas até o valor máximo de
855 R\$ 10.000,00. Primeiro: o programa não repassa dinheiro ao produtor, ele repassa insumo; o
856 produtor precisa de mil tijolos, ele não recebe R\$ 110,00 para comprar um milheiro de tijolos,
857 ele recebe mil tijolos. Isso é importante, ele recebe insumos, o programa não prevê o repasse
858 de dinheiro, de insumos. Agora, vejam bem o seguinte: o projeto não paga serviços de
859 máquina, não paga mão-de-obra, não paga projetos, ele compra insumos. O que desenhamos e
860 as Prefeituras aceitaram? Que no caso das propriedades de cada município das áreas de
861 intervenção, as Prefeituras darão a máquina e o operador, isso entra como contrapartida,
862 inclusive. E o proprietário vai entrar com a mão-de-obra e com um pouco do material nessa
863 situação. Por exemplo, o teto é R\$ 10.000,00, aqui é uma equação simples de entender: o

864 máximo que vai para cada propriedade é R\$ 10.000,00 em insumos, só que o projeto vai pagar
865 para as unidades consideradas micro e pequenas até 80% do valor. Vamos imaginar que a
866 propriedade do Sr. João, o custo total de adequação em equipamento é R\$ 5.000,00, ele vai
867 receber R\$ 4.000,00 do projeto, mil ele vai ter que colocar. Vamos imaginar que a
868 propriedade do Sr. João custa R\$ 20.000,00, ele não recebe dezesseis, vai receber dez, é o
869 teto; para micro e pequeno até 80%, para as unidades médias 60% desse valor de dez; para as
870 unidades consideradas grandes 40% e as unidades excepcionais não recebem apoio do projeto.
871 Aí, entra a TCA, entra os mecanismos legais para fazer com que estas pessoas se enquadrem.
872 Como chegamos a pequeno, médio e grande? Há alguns critérios: serão utilizados quatro itens
873 importantes, primeiro: para classificação do porte das unidades produtoras de suínos serão
874 considerados: 1 – *Porte da exploração suinícola*: conforme a resolução do Conselho
875 Administrativo da FEPAM, que foi publicado dia 07 de janeiro, que tem lá o número de
876 animais e os portes; o segundo item importante, e não é nem por ordem hierárquica, elenquei
877 meio solto 2 – *A renda da propriedade*: porque posso ter um produtor com duzentos animais,
878 mas, ele é professor. Então, ele tem uma renda da família maior do que aquele que só tem
879 duzentos animais; 3 – *Tamanho da propriedade rural*: até 15 hectares é mínimo, 16 a 30
880 hectares é pequeno, depois queremos consultar isso pelo módulo fiscal que pode altere esses
881 números aqui, de 31 a 60 hectares médio, de 61 a 150 hectares grande, acima de 151 hectares
882 excepcional; 4 – *Participação da mão-de-obra familiar*: de 80% a 100% é mínimo, de 60% a
883 79% pequeno, de 40% a 59% médio, abaixo de 40% grande e excepcional. Mais ou menos
884 esses critérios que vamos discutindo, repito: isto aqui pode sofrer alguma alteração, mas, a
885 base de análise é isso, são critérios de renda, de tamanho do rebanho suinícola, tamanho da
886 propriedade e de mão-de-obra. Se houver mudança, talvez seja de alguma alteração de
887 números, algum ajuste que deve ser feito. Basicamente, é isto que temos proposto em resumo
888 do projeto, fundamentalmente, é isso que se pretende trabalhar. Repito: como área prioritária
889 as subbacias dos Rios Herval Novo e Santo Cristo, que vai dar aproximadamente 1.100
890 produtores, o diagnóstico depois vai-nos apresentar e que são, sem dúvida nenhuma, no caso
891 do Santo Cristo tem uma das maiores concentrações de suínos naquela bacia hidrográfica. **Sr.**
892 **Presidente**: Vamos abrir para perguntas. **Sr. Paulino Olivo Donatti**: Eu acredito e se vê que
893 este projeto é bom para essa região, mas, eu pergunto: e o reto do Estado como fica? Porque
894 temos hoje também a Bacia do Caí, que hoje também tem uma grande concentração e
895 principalmente em alguns municípios que se sabe também, e outras regiões também, região de
896 Nova Bassano, essa outra região que também estão sendo áreas novas. Então, isso preocupa
897 um pouco porque em um lá do temos o Governo do Estado, os Governos do Município e as
898 empresas que querem, e do outro lado temos aqueles produtores que vão implantar uma
899 pocilga, é um produtor que não vai mais sair da atividade rural, não vai mais encher fileira na
900 cidade. Só o que preocupa é o seguinte: ele não recebe pelo preço do seu trabalho, do seu
901 investimento para fazer um investimento necessário para corrigir esses líquidos gerados, ou
902 esses poluentes gerados pelos suínos. O que se vê hoje nesse interior afora? Para nós é até
903 difícil como dirigente sindical, como produtor e como dirigente de uma Federação para
904 colocar essa questão. Agora, preocupamo-nos sim, porque enquanto estivermos reunidos na
905 regional de Caxias, e onde que foi um dos assuntos levantados foi esta questão, porque a água
906 do subsolo hoje também já está contaminada, isso também nos preocupa também como
907 consumidores dessa água. Agora, por outro lado, o produtor não está recebendo para fazer
908 todas as construções adequadas para não precisar poluir. E outra questão é a seguinte hoje:
909 muitos Poderes Públicos Municipais estão levando veneno para a terra, porque hoje muitas
910 Prefeituras transportam o esterco líquido para ajudar o produtor para não deixar vazar por
911 cima os tanques, só que esses tanques não recebem curtimento necessário. Não sei ali, nós

912 temos a EMATER no interior do Estado, a questão dos técnicos, temos os técnicos das
913 Prefeituras, os técnicos das próprias integradoras e de todas elas, o objetivo deles é conseguir
914 garantir mais um produtor para que produza para ele. Isso nós temos que seremos muito
915 conscientes, porque funciona assim na prática; ele vai querer dar um jeito para que esse
916 produtor consiga construir a pocilga para que a indústria tenha matéria-prima necessária, e o
917 produtor vai querer para conseguir ter uma renda fixa a cada tantos dias para conseguir
918 sobreviver lá no interior. Hoje, com as integradoras está ruim; sem elas o nosso interior estaria
919 bem pior. Só que temos que ver alguma maneira ou alguma coisa, alguns recursos do Estado,
920 porque quando essas empresas vão no Palácio Piratini negociar, vocês sabem que ultimamente
921 foram bastante que foram negociar, e certos diretores que conhecemos muito bem: não,
922 porque vamos no Paraná, vamos em Santa Catarina, vamos não sei aonde. Eles vêm com essas
923 ameaças, só que por outro lado, acho que temos e pegar as Prefeituras junto e começar a
924 comprometê-las também. A questão da criação do suíno na cama: acho que é um ponto
925 positivo, teria que ver se funciona, teria que ver a qualidade da carne, uma série de fatores.
926 Agora, é uma coisa positiva porque esse esterco, esse estrume, pode ser depositado, colocar
927 uma lona preta por cima e ele pode fazer a sua fermentação por cem, cento e oitenta dias, fica
928 lá parado, não desanda se estiver em um lugar bem acondicionado; enquanto, o esterco
929 líquido, tem que levar ele para a lavoura. A questão de preservação permanente em outros
930 locais: às vezes uma pocilga que está na preservação permanente, se obedece todos os
931 critérios e têm todas as condições, elas têm muito mais segurança do que aquela que está um
932 quilômetro longe de um riacho. Às vezes, acontece em um dia de chuva, vai lá, abre a
933 comportazinha e vai água à baixo, e isso acontece nesse interior, e às vezes aquele que está lá
934 na barranca no rio tem todos os cuidados e não está poluindo nada, só que está na preservação
935 permanente. Então, essa questão tem que cuidar bastante cuidado, porque é o seguinte: quem
936 tem uma construção de cinquenta a R\$ 100.000,00, quem é que vai pagar o desmanche de
937 tudo aquilo é a reconstrução. Então, acho que em um primeiro passo deveria se tomar as
938 medidas para que ele não poluísse, e para que depois conseguisse levar adubo na roça e na
939 lavoura, e não coliformes fecais. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Com relação ao primeiro
940 questionamento e que envolve quase que toda a fala, porque essa região e não outra região do
941 Estado? Quando fiz aquela explanação comentei, mas, não chamei a devida atenção talvez. A
942 nossa escolha por essa região foi por ser essa região e a região hidrográfica do Uruguai uma
943 região onde temos muito pouco, em alguns casos nenhuma informação; e muito pouco, e na
944 maioria dos casos quase nenhum investimento na área ambiental, e é uma região que necessita
945 desse tipo de investimento. Agora, esse trabalho que foi apresentado aqui não é específico que
946 vai resolver exclusivamente um problema pontual dessa região, é um trabalho piloto que
947 pretende desenvolver instrumentos e formas de se trabalhar a suinocultura, respeitando a
948 questão ambiental que possa ser reproduzido para o Estado. Então, não significa este trabalho
949 desenvolvido morre aqui, é uma forma de replicar para o Estado, e algumas ações que serão
950 desenvolvidas nesse projeto podem, porque faz parte desse projeto também, ao fim dele,
951 apresentar formas de se trabalhar a questão de suinocultura no Estado, formas de
952 financiamento, formas de garantir ao produtor a necessidade que ele tem de poder atender as
953 questões ambientais. Então, por isso, ele é um piloto, se nós, com essa pretensão toda em
954 termos de desenvolvimento, de pesquisa e de trabalho ainda tivesse a pretensão de trabalhar
955 em uma área muito grande nós inviabilizaríamos esses objetivos. Então, restringiu-se a área
956 física e pretende-se fazer um trabalho completo que se possa reproduzir. Muitas dessas
957 atividades, inclusive, a capacitação, como você falou, ela pode ser paralela em outras regiões,
958 nada impede que isso aconteça. Nós não colocamos isso como meta no projeto, e aí, é uma
959 discussão com o próprio Ministério do Meio Ambiente, porque é um projeto que tem verba do

960 Banco Mundial; quer dizer, temos que ter metas muito claras, objetivas, passíveis de serem
961 atingidas. Então, o próprio Ministério nos exige que no projeto as metas sejam muito
962 objetivas, mas, dentro do trabalho da Secretaria porque esse é um projeto da Secretaria que
963 envolve todos órgãos da Secretaria e exige uma série de atividades que daqui vão ser
964 replicadas que podem e serão tratadas em outras regiões paralelamente. Não sei se entrei em
965 todos os detalhes. **Sr. Presidente:** Os órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura são
966 parceiros no projeto e tem essa inter-relação que busca articular outros programas e que este
967 não é um programa que contempla só a suinocultura; é um programa ambiental financiado
968 pelo Banco Mundial dirigido a atacar o problema ambiental em uma área. **Sr. Paulino Olivo**
969 **Donatti:** Na pauta de exportações do Estado e do País, é um produto importante para os
970 nossos agricultores e para os nossos municípios e para as finanças do próprio Estado. Só que
971 por isso que digo: não sei trabalhar com muita calma, como ele colocava no início, cabeça no
972 lugar. Porque eu participei de uma dessas reuniões, lá em Brasília, junto ao CONAMA
973 representando a CONTAG, onde o pessoal é oito ou oitenta; acho que não pode ser por aí e eu
974 comprei bastante briga lá porque eles sabem onde eu moro, sabem o que eu produzo, o que o
975 meu pai produz de baixo. Então, temos isso na pele, e sabemos que o agricultor precisa e não
976 precisa. Então, por isso, que às vezes, até gostei da conversa dele no início, quando colocava
977 que temos que ver caso a caso, porque daqui a pouco vamos querer expulsar agricultores,
978 pessoal que investiram cinquenta, R\$ 100.000,00. E também não estamos fazendo vista grossa
979 e nem fechando os olhos para aqueles que poluem adoidadamente, abrem as comportas,
980 somos contra isso também, porque queremos preservar as águas também. **Sr. Arno Leandro**
981 **Kayser:** Uma parte da pergunta o Presidente já esclareceu que era a questão do envolvimento
982 dos demais órgãos do Estado na parte de agricultura, que acho fundamental para o sucesso
983 desse trabalho. Gostaria de saber um pouco sobre como está sendo envolvido o setor das
984 integradoras, o setor da indústria; porque muitas vezes os problemas que o nosso Colega da
985 FETAG está apresentando está relacionado justamente porque o setor industrial resiste em
986 transferir uma partes desses lucros, da exportação, para o produtor, e aí, atuamos em cima do
987 agente, do criador, e acho que tem que atuar. Mas, muitas vezes não responsabiliza o
988 fomentador desse processo que é o empresário, que também tem que participar desse
989 processo. Então, queria saber se existe também alguma pressão e como vai-se dar também,
990 como a FEPAM está pensando, a fiscalização sobre esses dois agentes, uma vez passado? E
991 uma outra questão que é bem técnica, se está se pensando dentro dessas alternativas da
992 questão da possibilidade de industrialização dos resíduos naquelas regiões de alta
993 concentração, que muitas vezes o próprio produtor não tem condições de absorver na sua
994 propriedade. De repente, isso pode vir a ser, não digo uma alternativa de renda, mas, pelo
995 menos, uma alternativa de diminuição de custos, alguma forma de beneficiamento para vender
996 como adubo, porque agricultura orgânica está crescendo no Estado e tem muita demanda hoje
997 de resíduos para a produção em outros setores do Estado. **Sr. Presidente:** Deixa eu passar
998 para a próxima inscrição, só gostaria de ir tabulando o concurso das tratativas gerais nos
999 termos a esse problema. No início da gestão nós tínhamos uma discussão que não havia
1000 necessidade, particularmente a FEPAM e o setor, particularmente as indústrias, que estavam
1001 centrados só na questão da redução das taxas de licenciamento. A partir daí estava sendo,
1002 inclusive, misturado ao convênio que envolvia associação das empresas e a associação de
1003 criadores. Nós mudamos o conceito dessa relação centrada no seguinte: o setor de
1004 suinocultura no Estado tem cerca de 25.000 produtores e que estão concentrados em algumas
1005 regiões. Na sua maior parte são pequenos e médios produtores e o setor tem feito todo um
1006 trabalho de resgate da imagem do produto no mercado nacional e sobretudo internacional,
1007 que está diretamente vigorando questões de sanidade e o desempenho ambiental, e essas

1008 propriedades. Então, evoluímos bastante no conceito fazendo mostrar a indústria que a
1009 redução das taxas e o licenciamento não resolviam o problema. O problema não é a taxa
1010 maior ou menor, mas ela está vinculada a uma questão maior que é o desempenho ambiental
1011 desses setores. E o problema é que hoje no mercado, os compradores externos quando vêm,
1012 eles não visitam só a indústria, visitam o produtor, e se a propriedade está inadequada eles não
1013 fazem negócio. Então, não adianta a indústria estar bem e o produtor associado estar mal.
1014 Então, tem o problema que a licença ambiental é o passaporte para conseguir financiamento
1015 de qualquer porte, seja de PROMAC, seja de financiamento maiores, não tem financiamento
1016 se não tiver a licença ambiental na mão. Um elemento que pode levar a uma situação de
1017 inviabilização dos pequenos produtores: ou os pequenos produtores vão-se adequar ou o setor
1018 vai acabar buscando outras formas de ter suprida a matéria-prima da indústria, que vai acabar
1019 inviabilizando esses pequenos produtores que eventualmente tenham dificuldade de se
1020 adequar. Nós dissemos à indústria que é muito importante uma ação cooperada de educação
1021 ambiental e de assistência técnica; que é muito difícil um pequeno produtor contratar um
1022 técnico especificamente para resolver a questão da sua propriedade. Nós já fizemos alguns
1023 projetos pilotos antes do PNMA lá nessa região, principalmente, a criação em base seca,
1024 maravalha ou outra alternativas. Na verdade, isso está muito vinculado à diminuição do
1025 consumo de água na produção: quanto mais consumo mais água contaminada você tem na
1026 saída. E esse problema colocado pelo nosso representante da FETAG é a parte que abriga ação
1027 direta na agricultura do recinto suíno, pode ser um desastre, que é um pouco diferente do setor
1028 agrícola porque temos uma articulação também; mas, que é mais fácil de resolver
1029 tecnicamente. Envolvemos a EMBRAPA, que temos hoje um padrão mais avançado de
1030 pesquisa dessa área, e nos parece que esta articulação com Santa Catarina e Paraná é muito
1031 interessante por conta do intercâmbio; enfim, precisamos avançar mais em tecnologias que
1032 sejam eficientes e baratas. Mas há um problema objetivo que é o seguinte: claro, tem que
1033 haver fiscalização e objetivamente enquanto vigorar, que acabamos de aprovar uma solução
1034 para defesa: quem está em MPP não vai receber licenciamento. Portanto, esses produtores
1035 tendem a se inviabilizar; por isso, essa meta de buscar reorganização que tenham alguns
1036 parâmetros de legislação muito objetivos. Obviamente, nesse programa temos o interesse
1037 grande, por exemplo, de trazer aqui para o Taquari também um programa semelhante a esse;
1038 mas, ele está circunscrito a, digamos, testar uma forma de abordar diferenciada do problema
1039 daquela região trabalhando em cima dos conceitos do banco, dos critérios do banco do projeto
1040 e de indicadores objetivos. O final é, de fato, essa tentativa ou risco implementado vai ou não
1041 melhorar a qualidade ambiental da região, não só do ponto de vista da água para captação,
1042 mas, o conjunto das questões. Então, é um programa com muitos parceiros, sobretudo as
1043 universidades e institutos de pesquisa, e a idéia não é, digamos assim, trabalhar com avaliação
1044 aberta de alternativas tecnológicas que possam considerar as experiências conhecidas e as que
1045 eventualmente não se conhecem. Mesmo a experiência da base seca no Maravalha ainda
1046 carece de um detalhamento maior de pesquisa e reavaliação dos lençóis freáticos, da
1047 aplicabilidade desse composto na agricultura, de quanto tempo isso requereria. Então, também
1048 um dos elementos centrais para definição dessa área, que nessa área há um acordo geral entre
1049 todas as partes, incluímos os comitês de bacia, e sobretudo da indústria com uma idéia de
1050 parceria onde a indústria; inclusive, está disposta a fazer investimentos seus diretos e que não
1051 existe como separar a indústria; hoje já se tem muito claro que não há como separar o
1052 integrado da integradora. Se o integrado não estiver funcionando bem a cadeia vai estar
1053 comprometida, aí, tentamos evitar uma situação que poder-se-ia colocar, que é um cenário
1054 apresentado pelo Eugênio. Santa Catarina já viveu de maneira muito dramática, sobretudo na
1055 região de Chapecó, onde se precisou ter uma intervenção drástica lá, de um agravamento de

1056 uma questão de contaminação muito grave. Então, são esses os elementos mais gerais
1057 paralelamente ao projeto piloto dessa região que seguem as tratativas com a ACSURGS, que á
1058 a Associação de Criadores e de ir às empresas no sentido de buscarmos também soluções para
1059 o resto do Estado; agora, estamos dialogando com essa experiência concreta que vai estar
1060 sendo desenvolvida lá nessa região. **Sr. Roberto Kiel:** Boa-tarde. Eu venho representando o
1061 Secretário da Agricultura e sou Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Sistema
1062 Água Industriais. Eu me inscrevi para fazer uma profissão de fé da oportunidade e da
1063 adequação na hora, digamos assim, desta proposta, deste projeto ser desenvolvido, porque a
1064 questão ambiental, entendida por nós na Agricultura, neste setor da suinocultura, é uma das
1065 mais altas prioridades se quisermos entender ou ver essa cadeia produtiva, do ponto de vista
1066 da sua evolução, da sua competitividade mais de médio e longo prazo. Hoje, sem dúvida
1067 nenhuma, é o setor mais dinâmico de negócio no Estado do Rio Grande do Sul; todas as
1068 outras cadeias agroindustriárias do Estado não têm tanto potencial como tem a suinocultura
1069 ainda a se desenvolver e o cenário mundial acena para isso. Portanto, enfrentar esse problema
1070 ambiental nessa cadeia é absolutamente importante para a economia do Estado, é fundamental
1071 nesse momento. Não há limites para integração por parte da Secretaria da Agricultura, que, de
1072 antemão, coloca todas as suas fontes, recursos, materiais e estruturais à disposição, e
1073 queremos nos emparceirar, de certo modo já estamos, porque a gente já vem acompanhando o
1074 trabalho do Eugênio há um bom tempo. No momento que for necessário podemos ser
1075 acessados da forma como for preciso, a EMATER também; já foram feitas algumas
1076 conversas, já está à disposição também o corpo técnico dela para o que for necessário; a
1077 FEPAGRO, acredito que tenha um entendimento também no sentido de auxiliar o
1078 desenvolvimento dessas pesquisas E acho que de médio prazo vão ser muito importantes os
1079 conhecimentos trazidos para isso. E só outro elemento, que também aumenta a oportunidade
1080 dessa ação, de que nós, justamente nessa região, vínhamos discutindo, desde a metade do
1081 ano, passado um projeto de revitalização da suinocultura. Porque essa região vinha
1082 paulatinamente decrescendo os seus abates, não entendíamos o motivo; um dos elementos é o
1083 ambiental, e há outros: os econômicos; e as cooperativas dessa região vieram-nos procurar
1084 dizendo que queriam aumentar a produção e estamos formatando um projeto de revitalização
1085 da suinocultura naquela região que se pretende sustentar, principalmente, do ponto de vista
1086 ambiental. Como já foi mencionado aqui, o exemplo de Santa Catarina, ao ponto de algumas
1087 empresas terem efetivamente perdido as certificações, ISO 9002, do ponto de vista ambiental.
1088 E ultimamente, ainda foram afligidos por problemas sanitários na sua estrutura, inclusive,
1089 algumas plantas saindo da lista específica de plantas exportadoras. E isso nos demonstra que o
1090 cenário futuro é muito delicado para ser trabalhado do ponto de vista ambiental e do ponto de
1091 vista sanitário. Realmente, se não tivermos todas as frentes sendo atacadas seria um mero
1092 sonho achar que vamos conseguir manter uma presença no mercado externo e que é
1093 absolutamente importante que a suinocultura no Estado exporta, ou seja, para outros países,
1094 ou para outras unidades da Federação, mais de 70% do que produz. Portanto, precisamos estar
1095 limpos aqui dentro para nos mantermos ativos lá fora e essa é uma questão fundamental para
1096 nós. Esse projeto que estamos tentando formatar deve chegar a cifra acima de R\$
1097 50.000.000,00 a serem aplicados em cinco ou seis anos em diversos pontos que vão desde a
1098 ampliação da produção de milho até, efetivamente, o alojamento de matrizes e o investimento
1099 físico em novos galpões de terminação. É claro, que um investimento deste vulto precisa
1100 acesso a linhas federais, disponibilização de recursos dentro do Banrisul, e essas mesmas
1101 linhas, do ponto de vista da reconversão onde for necessário, a gente vai-se emparceirar e
1102 tentar fazer o aporte necessário da forma como for possível. Temos esse entendimento que
1103 nesses casos críticos de reconversão eles devem ser tomados e tocados com muito cuidado

1104 para não gerar um contencioso social maior do que já temos. E essa é uma questão também
1105 fundamental para nós, e sabemos que tem recurso, vai reassegurar esse encaixe que é uma
1106 luva para isso. Na última missão do Banco Mundial que veio a avaliar o desempenho do RS
1107 Rural, esse tema foi debatido e temos um sinal verde; precisamos é melhorar a formatação da
1108 aplicação desses recursos, que aí sim, são recursos que são possíveis de serem emprestados
1109 direto aos agricultores para aplicação na renda ou até no controle ambiental, que foi para
1110 nossa surpresa justamente o enfoque do banco Mundial. Temos três linhas, no RS Rural
1111 achamos que ia trabalhar por renda, mas, eles preferem até não ter limites nos investimentos
1112 físicos de produção, mas, querem o resultado na gestão ambiental. Então, obrigado e de novo
1113 agradecemos a oportunidade já que pretendemos formar uma boa parceria nisso. **Sr. Sílvio**
1114 **Barbosa dos Reis:** Gostaria apenas de observar duas coisa: a primeira é que eu não entendo
1115 nada dessa área, especificamente; e a segunda consequência dessa é que nós que estamos no
1116 meio ambiente voltado com um assunto e outro, estamos sempre recebendo informações e
1117 lendo notícias de coisas que estão acontecendo relativos a essa área. Eu particularmente visitei
1118 em Santa Vitória do Palmar um empreendimento da Rede Zere, envolvendo outros assuntos
1119 que não só a criação de porco, um elo dessa cadeia toda e achei muito interessante. Já vi
1120 bastante coisas sobre este assunto e também fui informado de que, se não me engano, em
1121 Toledo, no Paraná, a Rede Zere está implantando já uma planta comercial envolvendo essa
1122 questão toda da suinocultura, dos problemas ambientais de impacto, etc., que esta atividade
1123 econômica gera na natureza. Eu queria saber como é encarado essa questão, esses princípios
1124 da Rede Zere? Se esse projeto, como é um projeto piloto, está tentando voltar alguma coisa
1125 para esse sentido ou se isto que está acontecendo lá no Paraná é uma ficção? Queria mais um
1126 esclarecimento, talvez interesse a mais pessoas aqui do Plenário. Obrigado. **Sr. Presidente:** A
1127 idéia, nesse diagnóstico, é mapear um estudo de alternativas tecnológicas e mapear todas as
1128 experiências existentes, tanto aqui quanto em alguns países que têm avanços nessa área. E a
1129 partir desses estudos alternativos, inclusive, poderemos ter testes de projetos pilotos que
1130 investem mais de uma alternativa de criação e destinação para resíduos. Então, essas são as
1131 alternativas que se está operando, tem coisas muito interessantes, certamente serão estudadas.
1132 Mas, sobretudo sempre tentando buscar, chegar a uma concentração que articule eficiência
1133 com custo. Nós temos um parâmetro de emenda para esse público, um público priorizado,
1134 então, a situação colocada aqui é que você pode ter situações limites nessas propriedades e
1135 nessas regiões maior concentração da suinocultura é na economia local. Então, não partimos
1136 do zero, o próprio acúmulo da EMATER, principalmente, nesta região tem sido fundamental
1137 para que a gente monte o projeto; e o pessoal na conta, já tivemos várias reuniões com o
1138 Secretário de Agricultura, mas, o pessoal da conta está na montagem de se construir esse
1139 projeto desde a sua origem, isso dá uma segurança muito grande porque serão os executores
1140 desses órgãos todos e temos que ancorar além de uma modificação episódica. Vamos estar
1141 dando uma modificação mais estratégica do perfil do setor pela sua situação com uma cadeia
1142 estratégica do órgão do Rio Grande do Sul. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Só complementar
1143 que além disso temos todo, e esse foi um dos motivos que puxou essa prioridade também, nós
1144 temos toda uma articulação com Santa Catarina e Paraná. Então, essas experiências que estão
1145 desenvolvendo aqui semelhantes ou outras estão sendo desenvolvidas em Santa Catarina e
1146 Paraná, e temos uma relação dentro desse projeto de encontro, de reuniões, de troca, de
1147 experiências e de *workshop* se realizarão para que realmente façamos isto render o máximo
1148 possível para os três Estados. Essa troca já está ocorrendo e ao longo de todo esse projeto vai
1149 continuar ocorrendo para fazer exatamente isso, se vamos testar do zero uma experiência que
1150 o Paraná já está testando há anos, então, trocamos com eles esta informação, esse é o
1151 princípio. Temos ainda toda uma relação com o sistema de recursos hídricos, com o sistema

1152 de informações vindas do sistema de recursos hídricos, que direto está trabalhando nesse
1153 projeto, também via o projeto de monitoramento estão entrando as informações no sistema.
1154 Nós temos, e até entrando um pouco na resposta que ficou em aberto de como vai ser a
1155 fiscalização, isto tem a ver com o sistema de licenciamento que vai ser desenvolvido, porque é
1156 um novo sistema, porque toda a produção está sendo mudada, está sendo questionada, está
1157 sendo pesquisada. Então, a partir do que de novo nós formos implementar nessa região muda
1158 também o sistema de licenciamento. Nesse momento, nessa região, está formado o comitê de
1159 bacia que é o Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo, ele já está formado, está em fase de eleição,
1160 em maio vai ser realizada a eleição dos membros do comitê; vai estar tendo posse talvez na
1161 semana do meio ambiente que uma das fases do sistema de recursos hídricos é entrar em cheio
1162 junto com este projeto e fazer a discussão também disso que está acontecendo lá. **Sr. Paulino**
1163 **Olivo Donatti:** Se já está sendo feito o trabalho integrado com Santa Catarina e Paraná, acho
1164 que é bom, porque temos um outro setor que quando dependemos de Santa Catarina e Paraná,
1165 que é a questão do carvão vegetal de nativas, ele nos assola sempre. Então, ficamos com o pé
1166 atrás um pouco também. Às vezes, os diretores das nossas grandes integradoras dizem: não,
1167 vamos colocar uma filial no Paraná. Isso, vocês sabem, que foi dito não faz nem dois meses e
1168 por quem, até esteve nos visitando lá. Então, vemos estas questões e por causa de outras
1169 coisas também, que tem muitas pessoas trabalhando diferente. Então, são coisas complicadas,
1170 porque gostaríamos de ver um pouco na luz, assim como o Arno colocava antes, quando eu
1171 comecei a fala já colocava nesse sentido, a questão dessas empresas ajudarem os agricultores a
1172 fazerem toda a infra-estrutura. Hoje existe o licenciamento licenciado sem problema nenhum,
1173 agora, se é para fazer realmente o que deveria ser feito, isso vocês sabem muito bem, o custo
1174 seria maior no tratamento dos dejetos do que da pocilga, e para o agricultor poder fazer isso
1175 tem que ter uma remuneração, e que hoje ele não tem. Então, por isso, quem é que iria ajudar
1176 ele a fazer? porque ele não tem essa remuneração hoje para fazer toda essa infra-estrutura, eu
1177 falo de todo o Estado, não é só daquela região, porque amanhã ou depois isto vai ser um
1178 problema sentido em todo o Estado. A questão de Santa Catarina e Paraná tem que ver se isto
1179 realmente está acontecendo na realidade ou não, porque na outra questão florestal eles nos
1180 passam a perna sempre. Então, temos que ver se realmente é, porque aquilo que o Dr.
1181 Langone colocava também na ultima fala dele, que é a questão do cuidado que temos que ter,
1182 o representante da Secretaria também, na questão econômica que envolve produtores,
1183 empresas, Estado e Municípios. É uma questão que preocupa bastante, ele colocava muito
1184 bem, a maneira que tem que ser tratado com toda a calma e todo o cuidado. Só que eu acho
1185 que temos que tratar isso e direto com a empresas também, envolvê-las diretamente, porque
1186 até agora não foram envolvidas diretamente, podem até ter sido citadas, mas, devem-se
1187 envolver diretamente. Senão, não vamos a lugar nenhum. **Sr. Eugênio Spengler:** Gostaria de
1188 fazer um comentário em cima dessas questões que é o seguinte, até procurando responder com
1189 relação a isso, primeiro: o projeto prevê ainda além da co-execução que será feito pela
1190 EMATER, Secretaria da Agricultura, FEPAM e FETAG, nós prevemos uma série de
1191 convênios e parcerias com outras entidades, são as Prefeituras que vão entrar, são as
1192 agroindústrias, cooperativas, integradoras, que entram com o aporte técnico. Dá para discutir
1193 ao longo do projeto e se pretende discutir isso se poderão e em que situação poderiam entrar
1194 com um aporte de apoio mais financeiro, isso não quer dizer que se não está dito aqui que não
1195 há uma definição, mas, procura-se discutir isso, é extremamente importante. Então, o
1196 organograma da execução do projeto prevê uma série de parceiros que serão aqueles que terão
1197 responsabilidades em algumas situações e entrarão Conselheiro apoio em várias áreas. Ainda
1198 com relação a questão do custo disso, quando apontamos aqui no projeto a realização de um
1199 estudo para a criação de um instrumento econômico, nós estamos buscando essa discussão.

1200 Não sei se todos aqui conhecem, mas, a própria agroindústria propôs uma mudança da matriz
1201 tributária no final do ano passado, a criação de um fundo estadual e ela se propunha a recolher
1202 um real por porco abatido, sob inspeção estadual, federal ou municipal; que daria em torno de
1203 R\$ 4.500.000,00 por ano no fundo para ser investido na proposta deles em pesquisa, na área
1204 ambiental, e para apoio aos produtores, basicamente este apoio. Não estou aqui defendendo a
1205 proposta, estou com isso dizer o seguinte: que nos parece que há uma abertura para discutir
1206 isso, é isso que o projeto percebe. Repito: não estou aqui fazendo apologia de defesa da
1207 agroindústria, mas, é isso que o projeto está propondo quando diz que vai pagar um estudo de
1208 instrumento econômico, porque o dinheiro do PNMA tem um prazo, são quatro milhões hoje,
1209 amanhã ou depois pode ter um aporte de recursos ou não. Mas, como vamos fazer a
1210 replicabilidade do restando do Estado? É isso que temos que buscar, que é essa a sua
1211 preocupação na prática, mas, que estamos atentos para isso. **Sr. Arno Leandro Kayser**
1212 **(Questão de Ordem):** Temos que fazer algum tipo de votação para a apreciação? **Sr.**
1213 **Presidente:** Não, nós tínhamos a necessidade formal de apresentação ao Conselho, ciência ao
1214 Conselho, e se houver algum tipo de recomendação podemos aprovar na forma de
1215 recomendação. Não temos mais inscritos e consultamos o Plenário se alguém quer propor
1216 algum tipo de recomendação específica a esse projeto? Não deixando aqui, claro, de referir a
1217 possibilidade que não está dentro do projeto, tanto o Conselho possa requisitar informações
1218 sobre o andamento, quanto também eventuais parceiros possam se agregar diretamente nas
1219 reuniões de trabalho do projeto. **Sr. Arno Leandro Kayser:** A recomendação acho que é
1220 aquela que eu já registrei: analisar-se também a possibilidade de produzir composto para
1221 exportar na região produtora. Os produtores orgânicos hoje no Estado estão atrás de material
1222 orgânico, é uma análise que tem que ser considerada. **Sr. Presidente:** Não há nenhum
1223 prejuízo, há uma diretriz nesse sentido do projeto, nós demos prejuízo de um reforço aqui, nós
1224 considerariamos, então, aprovada uma recomendação nesse sentido. **Sr. Arno Leandro**
1225 **Kayser:** É uma questões de enfoque, em vez de tratar o lançamento, de poder diminuir a
1226 geração de resíduo, esse é o caminho, não ter resíduos. **Sr. Presidente:** Podemos produzir,
1227 Conselheiro Arno, a partir dos termos da sua fala, com a transcrição, transformar isso em
1228 uma recomendação se não houver imposição por parte de algum Conselheiro. Mais alguma
1229 recomendação? Com isso encerramos o ponto. A nossa próxima reunião está indicada para o
1230 dia 17 de maio e com a pauta exclusiva de planejamento dos assuntos discussão pauta no
1231 próximo período. Os Conselheiros preferencialmente receberão antes uma listagem de
1232 assuntos para que possamos ter condições de fazer uma reunião mais resolutiva. Passamos aos
1233 Assuntos Gerais, concedo a palavra ao Conselheiro Arno Kayser. **3. ASSUNTOS GERAIS.**
1234 **Sr. Arno Leandro Kayser:** É uma questão específica do Movimento Roessler que na semana
1235 passada encerrou, e eu só tive condições de conversar com o Dr. Nilvo, sobre a questão de
1236 informações a respeito do acidente que houve no Rio dos Sinos e da mortandade de peixes, de
1237 como estão e que informações. Ele me colocou algumas informações, não sei se houve alguma
1238 evolução, isso é uma demanda que a região do Vale dos Sinos está cobrando de nós. Acho que
1239 é importante socializarmos; inclusive, hoje eu publiquei em uma entrevista e nm jornal um
1240 apelo para que todas as pessoas que tivessem tido algum tipo de conhecimento, que pudessem
1241 contribuir nesse caso, que entrassem em contato com a FEPAM. É um assunto que sempre
1242 gera um alarme muito grande, uma preocupação que mobiliza muito a comunidade. O outro
1243 assunto, não sei, é um pouco diferente, é um informe: estivemos ontem representando a
1244 APEDEMA/RS em uma reunião do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais,
1245 preparatório a Rio+10. Então, está previsto um encontro nacional nos dias 21, 22 e 23 de
1246 junho para formatação, vamos dizer assim, de um documento das ONGs brasileiras para essa
1247 conferência. Esse documento está sendo discutido também com o Gabinete da Presidência, e

1248 até o Dep. Fábio Feldman está articulando; e também está acertado na seqüência desse evento,
1249 dias 24 e 25, se não me engano, mas, segunda e terça-feira, uma reunião que tem a razão de
1250 passagem da tocha para Burgos, mas, que também está sendo previsto uma espécie de rodada
1251 de discussão dos documentos que estão sendo gestados ao nível da ONU. Nessa ocasião,
1252 então, também fomos cobrados, do resto do País, com relação aos documentos aqui gerados
1253 pelo nosso encontro aqui em fevereiro. Então, informei a eles que recebemos da organização
1254 da SEMA um copião, uma primeira versão de todos os documentos e artigos gerados para fins
1255 de publicação de anais e faz agora questão de uns quinze dias já devolvemos à revisão. Nessa
1256 revisão encontramos muitos problemas, com perda de idéias dos autores; e nessa reunião
1257 estavam presentes alguns dos palestrantes. Então, eles solicitaram e recomendaram que, se
1258 fosse possível isso, que fosse remetido talvez aos autores, aos palestrantes, uma cópia da sua
1259 participação para verificar a fidelidade do texto, a fim de que possamos encaminhar a
1260 publicação desse documento, que acho que deve ter como meta também estar pronto para
1261 esses eventos do Rio de Janeiro que vão ser praticamente a última coisa que vai acontecer no
1262 País antes da conferência propriamente dita. Então, é um informe; e uma solicitação também
1263 do Fórum Brasileiro de ONGs, do qual fui incumbido de fazer e por sorte tínhamos esta
1264 reunião do CONSEMA, onde este assunto foi tratado várias vezes. Então, disse: amanhã
1265 mesmo vou já tratamos deste assunto. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Com relação à
1266 mortandade de peixes no Sinos, o Nilvo deve ter explicado para você mais detalhes. Mas,
1267 como os demais Conselheiros não ouviram vou contar a história desde o início: na realidade,
1268 tivemos essa investigação bastante prejudicada porque a FEPAM tem um serviço de
1269 atendimento à emergência que funciona 24 horas; apesar disso não fomos notificados da
1270 mortandade. Ficamos sabendo da ocorrência na segunda-feira pelos jornais. Então, é que
1271 passamos a atuar; e indo a campo verificamos, pelas pessoas que lá residem, que, na realidade,
1272 esses peixes começaram a morrer na quinta-feira à tarde e não no sábado. Então, é uma coisa
1273 que já havia passado muito tempo e essas coisas sabemos que se têm que atacar muito rápido
1274 para conseguir-se detectar exatamente o que está acontecendo. Mas, alguns indícios tipo: a
1275 mortandade ocorreu a partir do Arroio Portão, certamente por origem no Arroio Portão. Este
1276 arroio estava com uma vazão muito baixa, na época, em todo esse período, o que nos leva a
1277 crer que alguma coisa despejada no Arroio Portão, que pode ser até o despejo de uma
1278 indústria sem nenhum componente tóxico, mas, que aumentou a vazão e que levou aquele
1279 concentrado do arroio para o Sinos provocou essa mortandade; ou até uma chuva mais forte
1280 que levou. Por tudo que conversamos com quem viu, porque não vimos nenhum peixe
1281 morrendo, vimos já peixes mortos; pelas análises, que, por sorte, tinha-se no monitoramento
1282 normal que se faz no Sinos, naquela semana, alguns dias antes da mortandade foi feita uma
1283 coleta e análise naquele ponto da foz do Portão e verificou-se que o teor de oxigênio já era
1284 muito baixo. Pelas características da morte dos peixes, eles morrerem efetivamente por falta
1285 de oxigênio, mas, essa falta de oxigênio motivada por uma carga muito grande. Então, tem
1286 uma origem; e pelas demais análises nós não temos ainda totalmente fechado porque estamos
1287 ainda ultimando; temos várias coletas, tanto no Sinos quanto no Arroio Portão e estamos
1288 ultimando análises de metais e outras. Mas, tudo nos leva a crer que esse déficit de oxigênio é
1289 por motivo industrial e não por esgoto orgânico por outras anais, como DKIO, outras
1290 condutividades e outras coisas que já vimos de imediato. Investigamos as indústrias, tanto o
1291 lançamento quando entramos nas indústrias e curtumes da região que despejam no Arroio
1292 Portão, e não verificamos nada de anormal até o momento. Estamos ultimando uma forma de
1293 atuar que não dá ainda para divulgar sob pena dela não funcionar, mas, que estamos ainda
1294 investigando. Agora até a semana que vem nós fechamos o relatório de atendimento de
1295 emergência e a conclusão é essa: a causa é origem nas indústrias que uma forte carga orgânica

1296 vinda de origem industrial concentrado no Arroio Portão que ocasionou a queda do oxigênio
1297 e mortandade dos peixes por falta de oxigênio. Quem e quando para esse episódio nós não
1298 conseguimos saber, mas, estamos atuando para que ele não volte a ocorrer. **Sr. Arno**
1299 **Leandro Kayser:** Quais os fones de emergência? **Sr. Presidente:** Nós fizemos um registro
1300 formal da FEPAM em São Leopoldo sobre esse episódio e que o Município de São Leopoldo
1301 teve o desprendimento de chamar toda a imprensa do Estado para denunciar o fato mas não
1302 teve o mesmo desprendimento para ativar o nosso serviço que é o serviço de atendimento
1303 imediato. Registramos formalmente que não é o procedimento mais adequado. **Sra. Maria**
1304 **Dolores Pineda:** Só passar o número, então, da emergência é 9982-7840 e é 24 horas. **Sr.**
1305 **Presidente:** Sobre o segundo assunto levantado pelo Conselheiro Arno, nós teremos que fazer
1306 uma reunião de trabalho sobre o serviço. Na verdade, tínhamos a expectativa de fazer uma
1307 publicação mais resumida dos debates e uma eventual publicação com a íntegra das
1308 exposições que, naturalmente, têm que serem submetidas aos autores, que, sendo direitos
1309 autorais, já na época por parte dos palestrantes requisitaram, nessa hipótese, que fossem
1310 mandados aos autores. É muito provável que para viabilizar para esse período nós temos que
1311 optar por esta saída imediata. Quer dizer, a partir do copião trabalhar o esquema mais
1312 resumido com as principais idéias, porque objetivamente, se fôssemos trabalhar com a idéia
1313 de dar publicação a um livro dificilmente conseguiríamos ter esse envio da íntegra da
1314 transcrição mesmo das falas e a devida revisão dos acadêmicos. Mas, o nosso
1315 encaminhamento seria este: precisamos fazer uma reunião de trabalho, parceiros, promotores
1316 da reunião para decidirmos o formato e os encaminhamentos respectivos decorrentes dessa
1317 decisão. Na próxima sexta-feira, dia três, teremos uma reunião da Comissão Interministerial
1318 que vai fazer uma avaliação da reunião de Nova York; nós tivemos representação em Nova
1319 York. Nos Estados a avaliação de que não foi uma boa ocasião, perdeu-se vários impasses, e
1320 esta reunião da semana que vem também trata da última “prep-con” antes da reunião de
1321 Johannesburgo, que acontece em uma data muito ruim, exatamente na Semana do Meio
1322 Ambiente, até o dia sete de julho. De qualquer forma teremos, então, esta reunião onde
1323 devemos ter um detalhamento desse próprio processo que acontece no encontro de junho aqui
1324 no Brasil. Mais algum assunto? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Não é propriamente um assunto, é
1325 um convite: a AGAPAN amanhã está fazendo 31 anos. Então, estamos convidando a todos os
1326 Conselheiros para comemorar conosco no Bar Café Ipanema, a partir das 18 horas, na Av.
1327 Guaíba, esquina com a Laranjeiras. **Sr. Presidente:** Quero registrar aqui os meu
1328 cumprimentos pelo o aniversário, a AGAPAN, e dizer que em nome de todos os Conselheiros
1329 aqui pela importância histórica da AGAPAN e pelo papel, o título que ela tem hoje, tanto
1330 nesse Conselho quanto em movimentos sociais gerais no Rio Grande do Sul sobre o assunto.
1331 Muito obrigado a todos e um bom final de semana. Nada mais havendo para ser tratado, o
1332 Presidente encerrou a reunião às 17h28min. Nada mais havendo para ser registrado, lavrei a
1333 presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes.